

# RESULTADO 2T22

**Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2022**

**A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11)**, um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do segundo trimestre de 2022.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs se encerra em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, “Transmineiras”) passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir deste trimestre os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste pro forma.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

**Videoconferência de Resultados**

Webcast em Português e Inglês: [Clique aqui](#)

11 de agosto de 2022  
quinta-feira  
Brasília 11h00  
Nova York 10h00

André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	CFO e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente Executivo de RI
Contato RI	<a href="mailto:investor.relations@taesa.com.br">investor.relations@taesa.com.br</a>
Telefone	+55 21 2212 6060



## ÍNDICE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....	5
2. RESUMO DO RESULTADO .....	8
3. VISÃO GERAL .....	10
3.1. Estrutura Societária .....	10
3.2. Estrutura Societária TBE .....	12
3.3. Estrutura Societária AIE .....	12
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	13
4.1. Desempenho Operacional .....	13
4.2. Ciclo da RAP 2022-2023 .....	14
4.3. Queda de 50% da RAP .....	15
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47) .....	17
4.5. Receita Líquida IFRS.....	19
4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS .....	21
4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS.....	22
4.8. Receita Líquida Regulatória.....	23
4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios .....	24
4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório.....	25
4.11. Composição do EBITDA Regulatório .....	25
4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS.....	25
4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória.....	26
4.14. Resultado Financeiro Líquido .....	27
4.15. Impostos.....	28
4.16. Lucro Líquido .....	31
4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio .....	33
4.18. Endividamento .....	34
4.19. Investimentos .....	36
4.20. Projetos em Construção .....	36
4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG) .....	39
4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19.....	41
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	42
5.1. Receita IFRS por Concessão .....	42
5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS).....	43
5.3. DRE 2T22.....	44
5.4. DRE 6M22.....	45
5.5. DRE IFRS 2T22 (Subsidiárias) .....	46
5.6. DRE IFRS 6M22 (Subsidiárias) .....	47
5.7. DRE Regulatório 2T22 (Subsidiárias) .....	48
5.8. DRE Regulatório 6M22 (Subsidiárias) .....	49
5.9. Reconciliação do EBITDA.....	50
5.10. Balanço Patrimonial.....	51
5.11. Fluxo de Caixa IFRS.....	52
5.12. Fluxo de Caixa Regulatório.....	53

## 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

### ENERGIZAÇÃO DE NOVOS PROJETOS E GESTÃO OPERACIONAL CONTRIBUINDO PARA MAIS UM SÓLIDO RESULTADO

A receita operacional líquida regulatória da Companhia apresentou um crescimento de 39,2% na comparação com o segundo trimestre de 2021, totalizando R\$ 560,1 MM. Já o EBITDA regulatório da Companhia totalizou R\$ 464,9 MM no 2T22 e R\$ 919,3 MM no 6M22, apresentando um crescimento de 40,4% e de 41,9% contra o 2T21 e 6M21, respectivamente. Assim, a margem EBITDA ficou em 83,0% no trimestre e 84,6% no acumulado. O lucro líquido regulatório também apresentou um crescimento anual de 26,6% resultado da entrada em operação dos projetos de Janaúba, Sant'Ana (parcial), ESTE e Aimorés, além da maior margem EBITDA e do reajuste inflacionário das Receitas Anuais Permitidas.

Em termos de resultado IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 564,0 MM no trimestre, uma redução de 19,2% na comparação ao segundo trimestre de 2021, explicado principalmente pelo menor IGP-M registrado entre os períodos comparados e a redução da margem de implementação de infraestrutura em função da entrada em operação de Janaúba e menores investimentos nos empreendimentos em construção Sant'Ana e Ivaí.

A Taesa encerrou o primeiro semestre do ano com um caixa robusto de R\$ 2,1 bilhões e uma dívida líquida de R\$ 8,7 bilhões – considerando a participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto e coligadas –, com um índice de 3,8x na relação dívida líquida sobre EBITDA, uma importante melhora quando comparado ao nível de 4,6x reportado doze meses antes.

Do ponto de vista operacional, a Companhia manteve um alto índice de disponibilidade das linhas, em 99,95%, e uma parcela variável contábil de R\$ 27,7 MM no acumulado do ano, destacando sua consistência na excelência operacional e gestão de suas linhas de transmissão.

Concluimos os empreendimentos de ESTE em fevereiro e Aimorés em maio, adiantamos uma parte de Sant'Ana em abril, e entregamos Paraguaçu em julho, que juntos adicionam uma RAP de cerca de R\$ 225 MM para a Companhia (ciclo 2022-2023). Os projetos de Ivaí e Sant'Ana se encontram em estágio avançado de execução e Ananaí, referente ao lote 1 arrematado no leilão de dezembro passado, teve seu contrato de concessão assinado em 31 de março de 2022.

Em 30 de junho, a Taesa se sagrou vencedora na disputa pelo lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL 01/2022, situado em Santa Catarina, extensão de 92,7 km, sendo 66,7 km em circuito duplo, e um investimento previsto na ordem de R\$ 243 MM (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A., terá um prazo regulatório de 54 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de quase R\$ 19 MM a partir da sua entrada em operação.

Em 14 de julho, a ANEEL publicou a resolução homologatória 3.067/22 estabelecendo a RAP das concessões de transmissão para o ciclo 2022-2023 passando a valer a partir de 1.º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023, afetando portanto o resultado da Taesa a partir do 3T22. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 10,7% e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 11,7%. Assim, a RAP das 41 concessionárias do grupo Taesa no novo ciclo 2022-2023 totalizou R\$ 3,8 bilhões, 7,7% maior que a RAP total do ciclo anterior, já contemplando a redução de 50% da RAP das concessões de categoria II que sofrem esse efeito no novo ciclo.

*Por fim, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2022, o Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de dividendos de (i) R\$ 308,8 MM (R\$ 0,90 / Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 197,9 MM (R\$ 0,57 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), totalizando R\$ 506,7 MM (R\$ 1,47 / Unit). O pagamento ocorrerá no dia 26 de agosto de 2022, a partir da data base de 15 de agosto de 2022.*



## MISSÃO

Conectamos o Brasil com energia segura e confiável.



## VISÃO

Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.



## VALORES

Cuidamos genuinamente das **pessoas**.

Agimos com **integridade** construindo relações de **confiança**.

Buscamos a **excelência** em tudo o que fazemos.

A TAESA **somos nós!**

## 2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado						
R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
Receita Líquida IFRS	847,7	904,3	-6,3%	1.643,4	1.812,8	-9,3%
Lucro Líquido IFRS	564,0	697,9	-19,2%	1.123,9	1.253,7	-10,4%
Receita Líquida Reg.	560,1	402,4	39,2%	1.086,2	788,8	37,7%
EBITDA Reg.	464,9	331,1	40,4%	919,3	647,8	41,9%
Margem EBITDA Reg.	83,0%	82,3%	0,7 pp	84,6%	82,1%	2,5 pp
Dívida Líquida	6.661,5	5.936,5	12,2%	6.661,5	5.936,5	12,2%
Dividendos e JCP Pagos	800,3	1.028,5	-22,2%	800,3	1.028,5	-22,2%

Consolidado e Participações						
R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
Receita Líquida IFRS	1.463,8	1.508,6	-3,0%	2.726,9	2.864,2	-4,8%
Lucro Líquido IFRS	564,0	697,9	-19,2%	1.123,9	1.253,7	-10,4%
Receita Líquida Reg.	715,0	507,0	41,0%	1.383,4	998,3	38,6%
EBITDA Reg.	605,6	422,5	43,3%	1.189,1	831,8	43,0%
Margem EBITDA Reg.	84,7%	83,3%	1,4 pp	86,0%	83,3%	2,6 pp
Dívida Líquida	8.696,1	7.470,1	16,4%	8.696,1	7.470,1	16,4%
Dívida Líquida/EBITDA	3,8	4,6	-0,8 pp	3,8	4,6	-0,8 pp

## RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 564,0 MM no 2T22, registrando uma queda de 19,2% quando comparado ao mesmo período de 2021, devido principalmente a:
  - (i) IGP-M menor registrado entre os períodos comparados (3,71% no 2T22 contra 8,78% no 2T21), que afetou negativamente a receita de correção monetária de todas as concessões de categoria 2 da Companhia;
  - (ii) Redução na margem de implementação de infraestrutura em função da entrada em operação de Janaúba e menores investimentos nos empreendimentos em construção (Sant'Ana e Ivaí);
  - (iii) Aumento nas despesas financeiras líquidas (Taesa, TBE e Ivaí), resultado do aumento do CDI e do IPCA e do maior volume de dívida líquida entre os períodos comparados.
  - (iv) Os efeitos acima foram compensados por:
    - a. Aumento de 41,3% na receita de remuneração do ativo contratual como resultado principalmente da entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana, além do impacto da correção monetária no saldo do ativo contratual que mais que compensou a queda natural desta receita em função da amortização do ativo pelos recebimentos.
    - b. Aumento de 37,1% na receita de Operação e Manutenção explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP (2021-2022) e pela entrada em operação de Janaúba.
- Com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou hoje a distribuição de (i) R\$ 308,8 MM (R\$ 0,90 / Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 197,9 MM (R\$ 0,57 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), totalizando R\$ 506,7 MM (R\$ 1,47 / Unit). O pagamento ocorrerá no dia 26 de agosto de 2022, a partir da data base de 15 de agosto de 2022.



## RESULTADO REGULATÓRIO

- A receita líquida totalizou R\$ 560,1 MM no 2T22, registrando um crescimento de 39,2% em relação ao mesmo período de 2021, explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP (2021-2022) e entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana.
- O EBITDA totalizou R\$ 464,9 MM, apresentando um aumento anual de 40,4%. A margem EBITDA ficou em 83,0% no trimestre (+0,7pp contra 2T21). Custos e despesas operacionais foram afetados por descasamento temporal da execução dos serviços de limpeza de faixa de servidão e por maiores provisões para contingências cíveis e trabalhistas.
- Aumento de 50,5% das despesas financeiras líquidas, resultado do aumento do CDI e do IPCA e do maior volume de dívida líquida entre os períodos comparados.
- Lucro líquido ficou em R\$ 141,7 MM no 2T22, 26,6% maior que o mesmo período do ano anterior.
- Em 30 de junho de 2022, a dívida bruta da Companhia encerrou em R\$ 8.515,0 MM, um aumento de 12,0% contra o 1T22. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.853,4 MM (aumento de 26,7% versus 1T22), resultando em uma dívida líquida de R\$ 6.661,5 MM (aumento de 8,6% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 3,8x (versus 3,8x no 1T22).
- Índice de disponibilidade foi de 99,95% e uma Parcela Variável (PV) contábil de -R\$ 27,7 MM, equivalente a 2,27% da RAP, no 6M22.

### 3. VISÃO GERAL

#### 3.1. Estrutura Societária

As 41 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 12 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananai e Pitiguari; e (iii) 19 participações (ETAU, AIE e TBE).

A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir deste trimestre os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste pro forma.

Há 4 empreendimentos (Sant'Ana, Ivaí, Ananai e Pitiguari) que estão em fase não operacional.

Em 27 de julho de 2022, o empreendimento de Paraguaçu obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de R\$ 78,6 milhões de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2022-2023. Paraguaçu é um empreendimento referente ao lote 3, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 157,3 milhões para o ciclo 2022-2023 e está localizada nos estados de Minas Gerais e Bahia, com extensão de 338 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2.

Em 30 de junho de 2022, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL 01/2022, situado Santa Catarina, extensão de 92,7 km, sendo 66,7 km de circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 243,2 MM (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Pitiguari"), terá um prazo regulatório de 54 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 19,5 milhões a partir da sua entrada em operação. Atualmente, a Companhia aguarda a homologação e adjudicação do empreendimento, prevista para ocorrer até o dia 23 de agosto de 2022. Após esta etapa, o empreendimento será assumido formalmente pela Companhia em 30 de setembro de 2022, quando o contrato de concessão será assinado.

Em 6 de maio de 2022, o empreendimento de Aimorés entrou em operação comercial, passando a adicionar o valor de R\$ 52,7 milhões de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2022-2023. Aimorés é um empreendimento referente ao lote 4, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 105,4 milhões para o ciclo 2022-2023 e está localizada no estado de Minas Gerais, com extensão de 208 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6.

Em 1º de abril de 2022, o empreendimento de Sant'Ana obteve os termos de liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), ambas com tensão de 230 kV, e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3. Com isso, as instalações entraram em operação comercial com uma antecipação de quase 12 meses em relação ao prazo ANEEL, passando a adicionar para a Companhia uma RAP de mais de 23% da RAP total do empreendimento, retroativa a 28 de março de 2022. Sant'Ana é um empreendimento do lote 12, do leilão de transmissão nº 004/2018, realizado em dezembro de 2018, 100% controlada pela Taesa, e apresenta uma RAP total de R\$ 77,8 milhões para o ciclo 2022-2023 e um Capex ANEEL de R\$ 610 milhões. O empreendimento está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, com extensão aproximadamente de 591 km de linhas de transmissão.

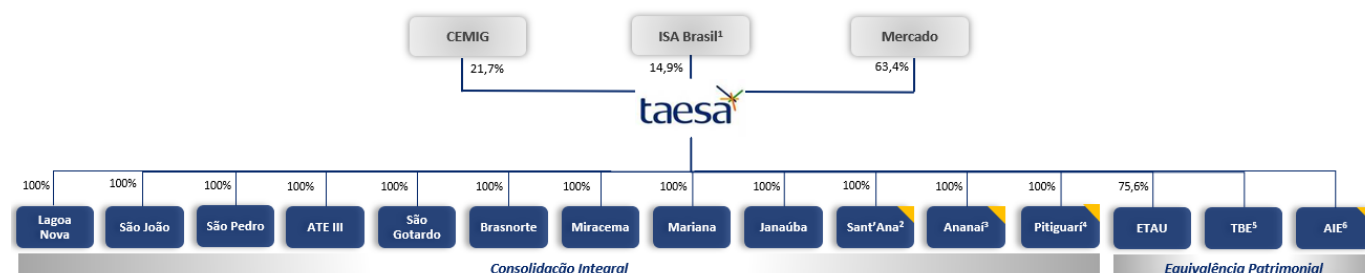
Em 18 de fevereiro de 2022, o empreendimento de ESTE obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, passando a adicionar para a Taesa uma RAP de R\$ 74,5 milhões (ciclo 2022-2023). ESTE é um empreendimento do lote 22, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, 100% controlada pela subsidiária EATE, na qual a Taesa possui de 49,98% do capital

social total. A ESTE possui uma RAP total de R\$ 149,0 milhões para o ciclo 2022-2023 e está localizada entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo a linha de transmissão LT 500 kV Mesquita - João Neiva 2, de cerca de 236 km de extensão, e a subestação SE 500/345 kV João Neiva 2.

Em 17 de dezembro de 2021, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 1, o maior lote do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2021, situado entre os Estados de São Paulo e Paraná, extensão de 363 km em circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 1,75 bilhão (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Ananaí"), terá um prazo regulatório de 60 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 159,9 MM (ciclo 2022-2023) a partir da sua entrada em operação. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em 1º de setembro de 2021, o empreendimento da concessão Janaúba entrou em operação comercial, com 5,5 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL e uma eficiência no volume total de investimento em torno de 18% em relação ao Capex ANEEL, passando então a adicionar o valor de R\$ 257,6 MM de RAP para a Taesa (ciclo 2022-2023). Janaúba é o maior projeto *greenfield* entregue pela Companhia até o momento, localizado entre os estados de Minas Gerais e Bahia com extensão de 545 km de linha, compreendendo as linhas de transmissão LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Janaúba 3 (Circuito Simples) e LT 500 kV Janaúba 3 - Pirapora 2 (Circuito Simples) e três subestações de 500 kV (Bom Jesus da Lapa II, Janaúba 3 e Pirapora 2).

Todos valores de RAP mencionados acima estão adicionados de PIS/COFINS. Para maiores detalhes, vide seção 4.2.



<sup>1</sup> ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

<sup>2</sup> Sant'Ana – Os trechos de LT 230 kV – Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1) e parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 foram entregues com direito a RAP a partir de 28/3/2022.

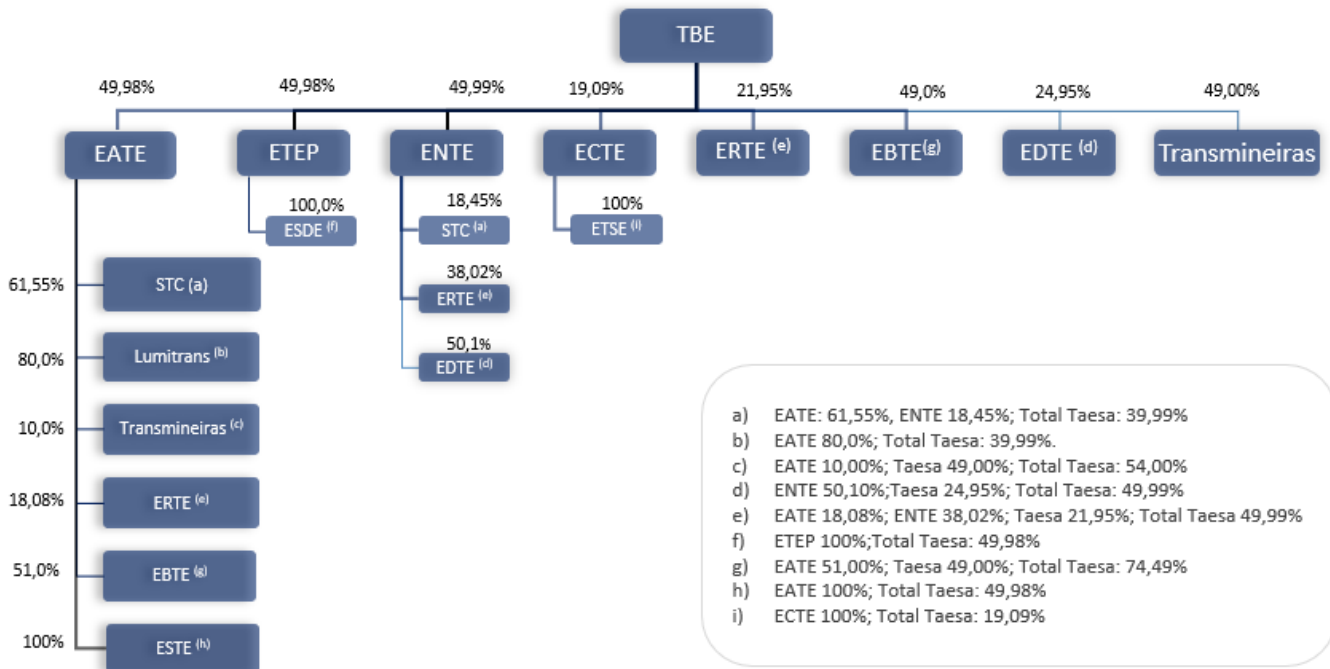
<sup>3</sup> Ananaí corresponde ao Lote 1 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2021. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31/03/2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

<sup>4</sup> Pitiguari corresponde ao Lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 01/2022. Atualmente, a Companhia aguarda a homologação e adjudicação do empreendimento, prevista para ocorrer até o dia 23 de agosto de 2022. Após esta etapa, o empreendimento será assumido formalmente pela Companhia em 30 de setembro de 2022, quando o contrato de concessão será assinado.

<sup>5</sup> TBE – Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. A gestão operacional das concessões Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE.

<sup>6</sup> AIE – Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 empreendimentos, cujo um, Aimorés, foi entregue em maio de 2022.

### 3.2. Estrutura Societária TBE




TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

### 3.3. Estrutura Societária AIE



<sup>1</sup>AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

 em construção

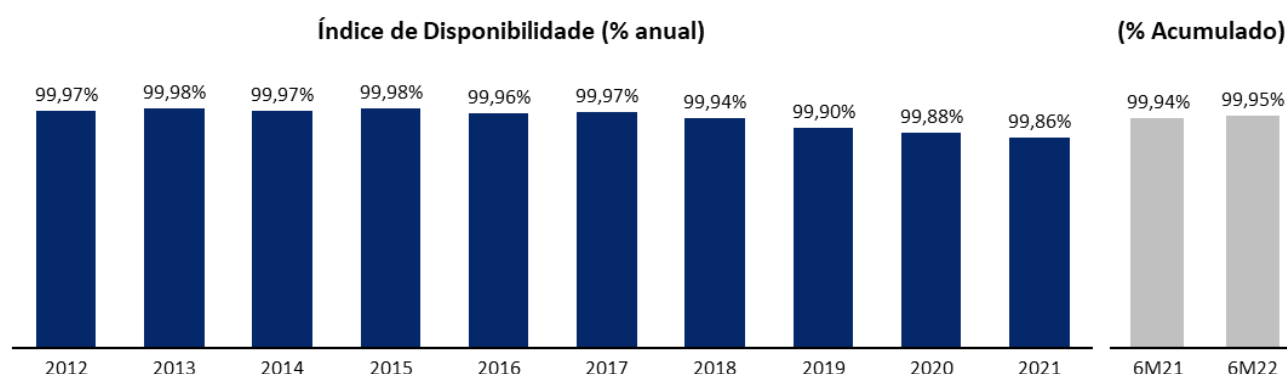


## 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 4.1. Desempenho Operacional

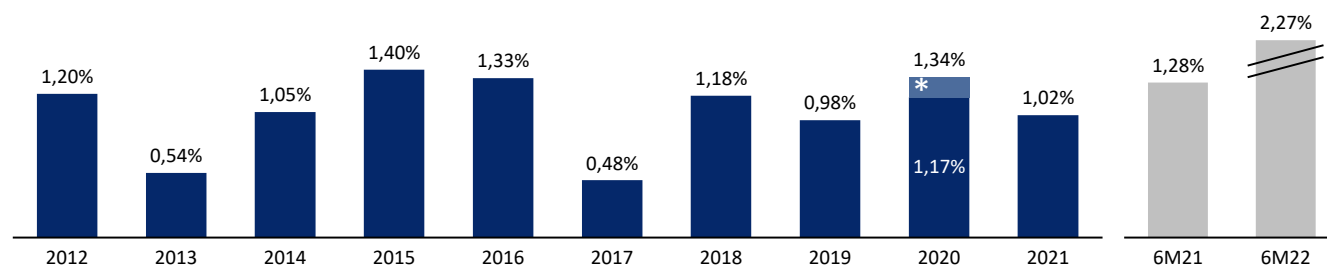
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no primeiro semestre de 2022, um índice de disponibilidade de 99,95%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(\text{Extensão da linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da linha} \times 8.670 \text{ horas})/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



\* PV's referentes aos eventos ocorridos anteriores à aquisição da concessão São João que foram indenizados no âmbito da transação.

A PV contabilizada no 6M22 foi de R\$ 27,7 MM, o que representa 2,27% da RAP do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável deste ano foram os seguintes: (i) ATE: queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP, em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo, portanto, externo e alheio à Companhia; (ii) Novatrans: contabilização do desligamento intempestivo ocasionado na LT 500 kV Serra da Mesa-Gurupi C2, por fator não-recorrente, externo e alheio à Companhia, em maio de 2021, por julgamento recente pela ANEEL do mérito indicando a cobrança da PV; e (iii) NTE: provisão de PV decorrente de um desligamento/intervenção no banco de transformadores da subestação SE Angelim II para realização de ampliação, reforço e melhoria. Devido a imprevisibilidade e inevitabilidade destes eventos fortuitos (i e ii), estes casos estão sendo discutidos em processos administrativos e judiciais.

## 4.2. Ciclo da RAP 2022-2023

Em 14 de julho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.067/2022 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2022-2023, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T22. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 10,72%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 11,73%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo		Ciclo	
	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2022-2023
<b>Ajuste IGP-M</b>	<b>6,5%</b>	<b>37,0%</b>	<b>10,7%</b>	
Novatrans	352,5	483,3	535,4	
TSN <sup>2</sup>	325,1	454,6	506,2	
Munirah	29,0	29,9	33,1	
GTESA	5,9	8,1	8,9	
PATESA <sup>2</sup>	17,4	23,9	26,7	
ETAU <sup>1</sup>	29,9	39,1	43,2	
ETEO	105,4	144,4	159,9	
NTE	92,1	126,1	139,9	
STE	50,6	69,5	77,2	
ATE I	115,1	122,1	135,3	
ATE II	275,5	273,6	211,8	
EATE <sup>1</sup>	130,6	179,0	198,3	
ETEP <sup>1</sup>	29,4	40,3	44,6	
ENTE <sup>1</sup>	67,3	92,2	102,1	
ECTE <sup>1</sup>	10,8	14,9	16,5	
ERTE <sup>1</sup>	15,3	21,0	23,2	
Lumitrans <sup>1</sup>	12,7	17,4	12,1	
Transleste <sup>1</sup>	19,3	18,0	20,0	
Transirapé <sup>1</sup>	22,2	29,4	23,5	
Transudeste <sup>1</sup>	16,3	18,4	12,4	
<b>Subtotal</b>	<b>1.722,3</b>	<b>2.205,1</b>	<b>2.330,3</b>	
<b>Ajuste IPC-A</b>	<b>1,9%</b>	<b>8,1%</b>	<b>11,7%</b>	
ATE III <sup>24</sup>	140,7	152,3	158,9	
São Gotardo	5,7	6,2	6,9	
Mariana	17,1	18,4	20,6	
Miracema	70,5	77,4	86,4	
Janaúba	217,9	235,4	257,6	
Aimorés <sup>1</sup>	44,6	48,1	52,7	
Paraguaçu <sup>1</sup>	66,5	71,9	78,6	
Brasnorte	31,0	33,9	37,8	
STC <sup>14</sup>	20,0	21,7	18,0	
EBTE <sup>1</sup>	40,1	44,5	48,5	
ESDE <sup>1</sup>	7,5	8,1	9,1	
ETSE <sup>1</sup>	4,3	5,0	6,5	
ESTE <sup>1</sup>	63,0	68,1	74,5	
Ivaí <sup>13</sup>	165,0	178,3	199,2	
EDTE <sup>1</sup>	38,8	41,9	46,1	
Sant'Ana <sup>3</sup>	64,4	69,6	77,8	
São João	51,7	55,9	62,4	
São Pedro	48,3	60,1	67,2	
Lagoa Nova	13,3	14,4	16,1	
Ananai <sup>3</sup>		143,1	159,9	
Pitiguari (Lote 10) <sup>3</sup>			19,5	
<b>Subtotal</b>	<b>1.110,4</b>	<b>1.354,6</b>	<b>1.504,3</b>	
<b>Total</b>	<b>2.832,6</b>	<b>3.559,7</b>	<b>3.834,5</b>	

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

<sup>1</sup> Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

<sup>2</sup> Incluindo os reforços

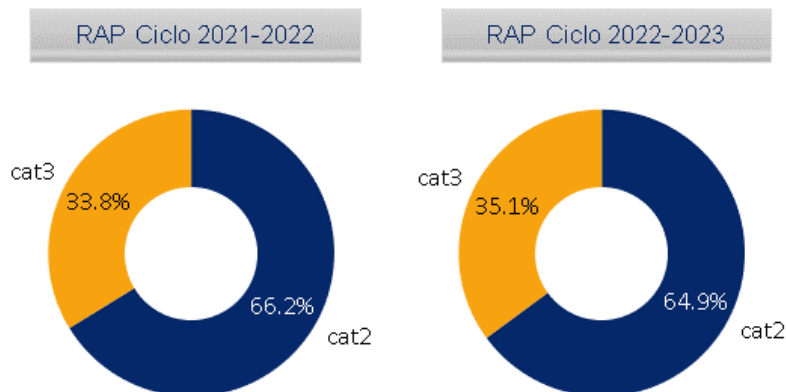
<sup>3</sup> Em Construção

<sup>4</sup> Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total<sup>1</sup> (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2022-2023 é de R\$ 3.834,5 MM, sendo 47,8% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2022-2023 ficou em R\$ 3.570,4 MM, contra R\$ 2.981,7 MM para o ciclo 2021-2022, considerando a entrada em operação de ESTE em fevereiro, parcial de Sant'Ana em abril, Aimorés em maio e Paraguaçu em julho de 2022, assim como as previsões de entrega de Ivaí e Sant'Ana nos seus prazos regulatórios (agosto de 2022 e março de 2023).

O reajuste da RAP para o ciclo 2022-2023 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **ATE II, ATE III, Lumitrans, Transirapé, Transudeste e STC** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **TSN e PATESA** apresentaram entrada em operação de reforços; (iii) **Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, EBTE, ETSE, ESTE, EDTE** apresentaram efeito de revisão tarifária; e (iv) **Brasnorte** apresentou efeito de revisão tarifária em seus reforços.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananai e Pitiguari (nova denominação do Lote 10) foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às demais concessões da tabela.



### 4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021 e 2021-2022, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação<sup>1</sup>:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE<sup>3</sup>**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.
- **ETEP<sup>3</sup>**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE<sup>3</sup>**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN<sup>3</sup>**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE<sup>3</sup>**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA<sup>3</sup>**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE<sup>3</sup>**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU<sup>3</sup>**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrou no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrou no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé<sup>3</sup>**: 45,1% da RAP da Transirapé entrou no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.

Para o ciclo futuro 2022-2023, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação<sup>1</sup>:

- **Lumitrans<sup>3</sup>**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC<sup>3</sup>**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.

- **ATE III<sup>3</sup>**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

### Notas:

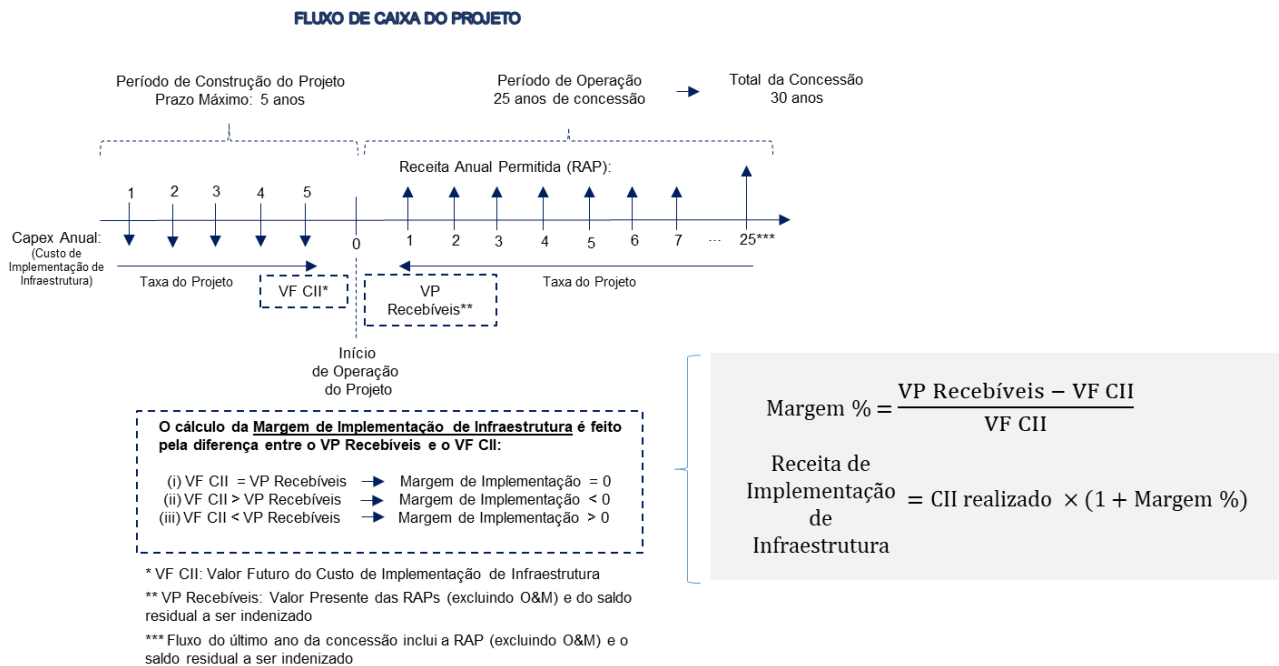
1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.



#### 4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

O Ativo de Contrato de Concessão é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto, que se refere ao custo de capital do ativo avaliado à época da sua aquisição.



No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo de Contrato de Concessão), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura constitui uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Em outras palavras, a receita de implementação é calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também os juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão. Portanto, no Ativo de Contrato de Concessão a margem de implementação impacta a Demonstração de Resultados do projeto.

A receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e é contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

Após a entrada em operação, o Ativo de Contrato passa a ser corrigido mensalmente pela inflação (IGP-M ou IPCA, de acordo com cada concessão), calculado pela correção monetária dos recebimentos futuros trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto. A receita de O&M é uma parcela da RAP destinada a remunerar a operação e a manutenção dos ativos da concessão.

#### Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$ 113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (incluso o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.
- (v) Para o Exercício Social de 2021, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 408.098.711,76 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.

É importante ressaltar que para o exercício social de 2021 e para o primeiro semestre de 2022 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que diz que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.624.798.410,03, sendo R\$ 1.604.386.029,86 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 30 de junho de 2022, os ajustes gerados pela adoção do CPC-47 no resultado líquido somam R\$ 85.452.052,42, contabilizados na conta de Lucros Acumulados.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 (Margem de Construção) são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

#### 4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 2T22 foi de R\$ 847,7 MM, 6,3% menor que o 2T21, em função principalmente da redução da receita de implementação de infraestrutura, dado os menores investimentos nas concessões de Janaúba e Sant'Ana, e da queda na receita de correção monetária motivada pela menor IGP-M entre os períodos comparados.

A Receita Líquida IFRS do 6M22 foi de R\$ 1.643,4 MM, 9,3% menor que o registrado no 6M21.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do segundo trimestre de 2022 foram: IGP-M de 1,74%, 1,41% e 0,52% (acumulado +3,71%), e IPCA de 1,62%, 1,06% e 0,47% (acumulado +3,18%), referente aos meses de março, abril e maio de 2022, respectivamente. No segundo trimestre de 2021, o IGP-M foi de 2,94%, 1,51% e 4,10% (acumulado +8,78%), e IPCA de 0,93%, 0,31% e 0,83% (acumulado +2,08%), referente aos meses de março, abril e maio de 2021, respectivamente.

##### Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
Operação e manutenção	239,9	175,0	37,1%	479,8	350,1	37,1%
Remuneração do ativo contratual de concessão	264,0	186,8	41,3%	518,1	373,8	38,6%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	346,4	441,0	-21,5%	679,5	805,9	-15,7%
Implementação de infraestrutura	46,1	169,8	-72,9%	96,0	419,0	-77,1%
<b>Total Receitas IFRS</b>	<b>896,4</b>	<b>972,7</b>	<b>-7,8%</b>	<b>1.773,4</b>	<b>1.948,7</b>	<b>-9,0%</b>
Parcela variável	(4,9)	(7,0)	-29,9%	(27,7)	(11,3)	145,6%
Outras receitas operacionais	23,0	6,1	275,4%	29,9	11,9	150,2%
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>914,5</b>	<b>971,8</b>	<b>-5,9%</b>	<b>1.775,6</b>	<b>1.949,4</b>	<b>-8,9%</b>
PIS e COFINS	(46,5)	(51,1)	-9,1%	(93,2)	(103,9)	-10,3%
ISS	(0,1)	(0,2)	-29,9%	(0,2)	(0,3)	-32,3%
ICMS	(0,0)	(0,0)	508,0%	(0,0)	(0,0)	204,5%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(20,2)	(16,2)	24,5%	(38,8)	(32,4)	19,6%
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(66,8)</b>	<b>(67,5)</b>	<b>-1,1%</b>	<b>(132,2)</b>	<b>(136,7)</b>	<b>-3,2%</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>847,7</b>	<b>904,3</b>	<b>-6,3%</b>	<b>1.643,4</b>	<b>1.812,8</b>	<b>-9,3%</b>

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 37,1% da receita de O&M se deve ao reajuste inflacionário do ciclo 2021-2022, de 37,04% no IGP-M e 8,06% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de junho de 2020 a maio de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.895/2021, além do impacto positivo com a entrada em operação de Janaúba em 1º de setembro de 2021.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O crescimento de 41,3% na comparação anual se deve principalmente à entrada em operação de Janaúba, além do impacto material da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses que mais que compensou a queda natural desta receita em função da amortização do ativo pelos recebimentos.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou uma queda anual de 21,5% em razão da contração do índice de inflação IGP-M registrado nos períodos comparados (3,71% no acumulado do 2T22 versus 8,78% no 2T21), conforme apresentado mais acima. Esse efeito foi compensado em parte pela entrada em operação de Janaúba e pelo maior IPCA na comparação anual que afetou positivamente a correção monetária das concessões de categoria III.
- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. A redução anual de 72,9% na receita de implementação se deve basicamente à entrada em operação de Janaúba e aos menores investimentos em Sant'Ana entre os períodos comparados.
- **Parcela variável (PV):** A redução de 29,9% entre os trimestres refere-se basicamente a menores provisões de eventos com parcela variável nas concessões Novatrans e ATE III.
- **Outras receitas operacionais:** O aumento de R\$ 16,9 MM na comparação anual é explicado por (i) contabilização de receita complementar relativa a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) por rescisão de contrato pela ONS de uso do sistema por uma contraparte e (ii) contabilização no resultado referente à receita parcial da concessão Sant'Ana de abril e maio, uma vez que o ativo contratual é iniciado somente após a entrada em serviço do ativo, cujo prazo é de até 60 dias após a sua entrada em operação comercial.
- **Deduções da receita bruta:** Houve uma diminuição de 1,1% na comparação entre o 2T22 e 2T21 principalmente em função do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15), sendo compensado em parte pelo aumento dos encargos setoriais calculados com base no resultado regulatório, principalmente em Janaúba. Para maiores detalhes vide seção 4.8.



#### 4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 148,7 MM no 2T22, 12,3% menor quando comparado ao 2T21.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram no semestre R\$ 259,7 MM, 36,5% menor quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)							
	R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
Pessoal		(49,2)	(43,3)	13,7%	(98,5)	(86,1)	14,3%
Material		(51,3)	(96,3)	-46,7%	(87,6)	(264,9)	-66,9%
Serviço de terceiros		(29,0)	(23,8)	21,7%	(44,1)	(35,8)	23,2%
Outros		(12,0)	(0,2)	5933,0%	(15,6)	(11,8)	32,1%
<b>Total</b>		<b>(141,6)</b>	<b>(163,6)</b>	<b>-13,5%</b>	<b>(245,7)</b>	<b>(398,6)</b>	<b>-38,3%</b>
Depreciação e amortização		(7,1)	(5,8)	22,1%	(13,9)	(10,5)	32,9%
<b>Total</b>		<b>(148,7)</b>	<b>(169,4)</b>	<b>-12,3%</b>	<b>(259,7)</b>	<b>(409,1)</b>	<b>-36,5%</b>

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 13,7% na comparação entre o 2T22 e o 2T21 é explicado principalmente pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 8,06%, refletindo o reajuste da RAP do ciclo 2021-2022 dos contratos de concessão de categoria 3, baseados exclusivamente no índice de inflação IPCA, aumento de quadro e a entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana.
- **Material:** A redução anual de 46,7% se deve, principalmente, aos menores investimentos nos empreendimentos de Janaúba (-R\$ 26 MM) e Sant'Ana (-R\$ 22 MM), em função da entrada em operação em setembro de 2021 e abril de 2022 (parcial), respectivamente.
- **Serviços de terceiros:** O aumento de 21,7% na comparação anual foi influenciado basicamente por (i) alterações nos cronogramas de execução dos serviços de limpeza de faixa de servidão, que ficou concentrada no 2T22, (ii) estudos e assessoria para participação nos leilões de transmissão, e (iii) aumento nos custos de manutenção relacionados a tratamento de óleo isolante e terraplanagem.
- **Outros:** O aumento de R\$ 11,8 MM no 2T22, se deve, basicamente, a maiores provisões para contingências cíveis e trabalhistas.
- **Depreciação e amortização:** O aumento anual de 22,1% é explicado pelo término do contrato de aluguel de escritório administrativo que resultou na antecipação da depreciação no resultado deste trimestre.

#### 4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 2T22, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 706,1 MM com margem EBITDA de 83,3%. A queda de 4,7% do EBITDA IFRS na comparação anual é explicada pela menor receita de correção monetária do ativo contratual, em função do menor IGP-M, e pela redução da margem de implementação de infraestrutura, seguindo os menores investimentos nos empreendimentos de Janaúba e Sant'Ana, que entraram em operação comercial. Estes efeitos foram compensados em parte pelo aumento das receitas de Operação e Manutenção e de Remuneração do Ativo Contratual, ambos impactados positivamente pela entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

##### EBITDA IFRS (Consolidado)

R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
Receita líquida	847,7	904,3	-6,3%	1.643,4	1.812,8	-9,3%
Custos e despesas	(141,6)	(163,6)	-13,5%	(245,7)	(398,6)	-38,3%
<b>EBITDA</b>	<b>706,1</b>	<b>740,7</b>	<b>-4,7%</b>	<b>1.397,6</b>	<b>1.414,2</b>	<b>-1,2%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>83,3%</b>	<b>81,9%</b>	<b>1,4 pp</b>	<b>85,0%</b>	<b>78,0%</b>	<b>7,0 pp</b>

#### 4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 2T22 alcançou R\$ 560,1 MM, 39,2% maior que o registrado no 2T21, explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo 2021-2022 da RAP e entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

Receita Líquida Regulatória no 6M22 somou R\$ 1.086,2 MM, apresentando um aumento anual de 37,7%.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP de 40,7% entre o 2T22 e o 2T21 é explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA) e pela entrada em operação da concessão de Janaúba no início de setembro de 2021 e entrada parcial de Sant'Ana em abril de 2022. O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP das concessões Munirah, ATE I e ATE II (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3).

A Parcela Variável (PV) registrou R\$ 4,9 MM, apresentando portanto uma redução de 29,9% na comparação entre o 2T22 e o 2T21 em função basicamente de menores provisões de eventos com parcela variável nas concessões Novatrans e ATE III.

Outras receitas operacionais apresentaram uma redução de R\$ 9,1 MM explicado pelo fim da parcela de ajuste que foi contabilizada no período entre 3T20 e 2T21, em função do cancelamento da TLD de São João definida na resolução homologatória 2.275/20, referente ao processo administrativo nº 48500.002803/2017-41 da ANEEL instaurado antes da conclusão da aquisição do ativo. É importante mencionar que o registro não teve impacto financeiro na Companhia uma vez que o valor foi acertado via conta garantia na data de conclusão.

##### Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
RAP Concessionárias	619,2	439,9	40,7%	1.220,0	879,6	38,7%
Parcela Variável	(4,9)	(7,0)	-29,9%	(27,7)	(11,3)	145,6%
<b>Receita do Serviço</b>	<b>614,3</b>	<b>433,0</b>	<b>41,9%</b>	<b>1.192,4</b>	<b>868,4</b>	<b>37,3%</b>
Outras receitas operacionais	0,3	9,4	-96,6%	0,4	0,7	-46,2%
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>614,6</b>	<b>442,3</b>	<b>38,9%</b>	<b>1.192,8</b>	<b>869,1</b>	<b>37,2%</b>
PIS e COFINS	(34,2)	(23,6)	45,0%	(67,5)	(47,5)	42,0%
ISS	(0,1)	(0,2)	-29,9%	(0,2)	(0,3)	-32,3%
ICMS	(0,0)	(0,0)	508,0%	(0,0)	(0,0)	204,5%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(20,2)	(16,2)	24,5%	(38,8)	(32,4)	19,6%
<b>Total Deduções</b>	<b>(54,5)</b>	<b>(40,0)</b>	<b>36,4%</b>	<b>(106,6)</b>	<b>(80,3)</b>	<b>32,7%</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>560,1</b>	<b>402,4</b>	<b>39,2%</b>	<b>1.086,2</b>	<b>788,8</b>	<b>37,7%</b>

#### 4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 167,2 MM no 2T22, 23,3% maior quando comparado ao 2T21. Os custos de PMSO somaram R\$ 95,2 MM, registrando um aumento anual de 33,5%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização no primeiro semestre do ano alcançaram R\$ 310,3 MM, 15,6% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram no 6M21 R\$ 166,9 MM, registrando um aumento de 18,4%.

##### Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
Pessoal	(49,2)	(43,3)	13,7%	(98,5)	(86,1)	14,3%
Material	(1,7)	(1,7)	5,8%	(2,4)	(2,4)	3,1%
Serviço de terceiros	(29,0)	(23,8)	21,7%	(44,1)	(35,8)	23,2%
Outros	(15,2)	(2,5)	503,8%	(21,9)	(16,7)	31,0%
<b>Total</b>	<b>(95,2)</b>	<b>(71,3)</b>	<b>33,5%</b>	<b>(166,9)</b>	<b>(141,0)</b>	<b>18,4%</b>
Depreciação e amortização	(72,0)	(64,3)	12,0%	(143,4)	(127,4)	12,6%
<b>Total</b>	<b>(167,2)</b>	<b>(135,6)</b>	<b>23,3%</b>	<b>(310,3)</b>	<b>(268,4)</b>	<b>15,6%</b>

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 95,2 MM no 2T22 (+33,5% versus 2T21), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 13,7% na comparação entre o 2T22 e o 2T21 é explicado principalmente pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 8,06%, refletindo o reajuste da RAP do ciclo 2021-2022 dos contratos de concessão de categoria 3, baseados exclusivamente no índice de inflação IPCA, aumento de quadro e a entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana.
- **Material:** As despesas com material ficaram praticamente estável na comparação anual.
- **Serviços de Terceiros:** O aumento de 21,7% na comparação anual foi influenciado basicamente por (i) alterações nos cronogramas de execução dos serviços de limpeza de faixa de servidão, que ficou concentrada no 2T22, (ii) estudos e assessoria para participação nos leilões de transmissão, e (iii) aumento nos custos de manutenção relacionados a tratamento de óleo isolante e terraplanagem.
- **Outros:** O aumento no 2T22 de R\$ 12,7 MM se deve, principalmente, a maiores provisões para contingências cíveis e trabalhistas.

O aumento de 12,0% na linha de depreciação e amortização, na comparação entre o 2T22 e o 2T21, refere-se basicamente à entrada em operação de Janaúba em 1º de setembro de 2021.



#### 4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 2T22 atingiu R\$ 464,9 MM, 40,4% maior que o registrado no 2T21 e uma margem EBITDA de 83,0% (+0,7pp versus 2T21). Conforme mencionado anteriormente o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA) e a entrada em operação de Janaúba em setembro de 2021 e parcial de Sant'Ana em abril de 2022 explicam o desempenho positivo do EBITDA e aumento da margem EBITDA na comparação anual.

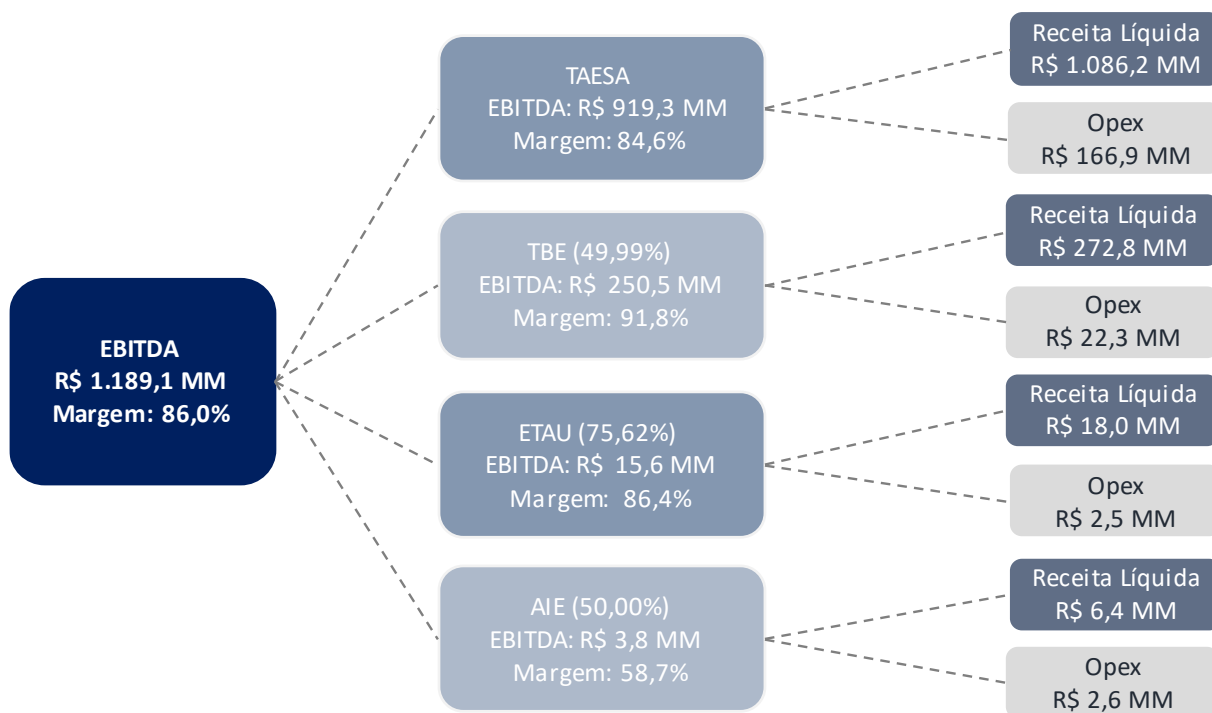
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

##### EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
Receita líquida	560,1	402,4	39,2%	1.086,2	788,8	37,7%
Custos e despesas	(95,2)	(71,3)	33,5%	(166,9)	(141,0)	18,4%
<b>EBITDA</b>	<b>464,9</b>	<b>331,1</b>	<b>40,4%</b>	<b>919,3</b>	<b>647,8</b>	<b>41,9%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>83,0%</b>	<b>82,3%</b>	<b>0,7 pp</b>	<b>84,6%</b>	<b>82,1%</b>	<b>2,5 pp</b>

#### 4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório do primeiro semestre de 2022 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE\*).



\* A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo. A partir deste trimestre os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE.

#### 4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 2T22 totalizou R\$ 226,1 MM, 19,3% menor que o 2T21. Já no primeiro semestre de 2022, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 436,7 MM, 10,0% menor que o mesmo período de 2021.

##### Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
ETAU	5,9	11,0	-46,1%	14,7	24,1	-39,1%
TBE	141,9	220,2	-35,6%	311,4	373,0	-16,5%
Aimorés	51,8	5,5	844,6%	59,3	10,3	475,0%
Paraguaçu	13,5	7,9	70,1%	29,4	14,9	97,8%
Ivaí	12,9	35,5	-63,5%	22,0	63,1	-65,2%
<b>Total Equivalência Patrimonial</b>	<b>226,1</b>	<b>280,2</b>	<b>-19,3%</b>	<b>436,7</b>	<b>485,4</b>	<b>-10,0%</b>

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir deste trimestre os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste pro forma.

A redução de 19,3% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 2T22 e o 2T21, se deve principalmente a: (i) redução da receita de correção monetária em função de um menor IGP-M com impacto nas concessões de categoria II (TBE e ETAU); (ii) menores investimentos em Ivaí; e (iii) maiores despesas financeiras em Ivaí e TBE. Estes efeitos foram compensados em parte pelo (i) aumento da receita de O&M em função do aumento da inflação (IGP-M em 37,04% e IPCA em 8,06%), que impactou todas as subsidiárias operacionais e (ii) maiores investimentos nos projetos em construção de Aimorés e Paraguaçu.

#### 4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T22 totalizou R\$ 34,8 MM, 6,2% maior que o registrado no 2T21. No primeiro semestre de 2022, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 63,7 MM, 10,9% menor que o registrado no 6M21.

##### Equivalência Patrimonial - Regulatório

R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
ETAU	4,5	3,0	52,9%	2,2	12,8	-82,9%
TBE	68,8	56,3	22,2%	140,5	115,3	21,9%
Aimorés	4,1	0,0	-	4,3	0,0	-
Paraguaçu	(0,0)	(0,0)	-1,1%	0,1	(0,1)	-
Ivaí	(29,1)	(12,9)	124,9%	(56,0)	(29,2)	91,8%
<b>Resultado das Controladas</b>	<b>48,4</b>	<b>46,4</b>	<b>4,4%</b>	<b>91,0</b>	<b>98,8</b>	<b>-7,9%</b>
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(27,3)	(27,3)	0,0%
<b>Total Equivalência Patrimonial</b>	<b>34,8</b>	<b>32,8</b>	<b>6,2%</b>	<b>63,7</b>	<b>71,5</b>	<b>-10,9%</b>

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir deste trimestre os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste pro forma.

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T22 apresentou um aumento de 6,2% na comparação anual. Este desempenho é explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA) e pela entrada em operação de ESTE (TBE) e Aimorés, mas compensado em parte pelas maiores despesas financeiras de Ivaí e da TBE, motivado pela alta do IPCA e do CDI e novas captações no Grupo TBE.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

#### 4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 260,6 MM no 2T22, 50,5% maior que o registrado no 2T21. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 262,6 MM, 52,3% maior na comparação anual.

No primeiro semestre de 2022 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 488,8 MM, apresentando um aumento de 37,2% contra 6M21. A despesa financeira líquida regulatória alcançou R\$ 490,5 MM, 38,2% maior em relação ao primeiro semestre de 2020.

##### Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>46,9</b>	<b>7,1</b>	<b>556,2%</b>	<b>70,0</b>	<b>11,6</b>	<b>505,2%</b>
Renda de aplicação financeira	46,9	7,1	556,2%	70,0	11,6	505,2%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(307,5)</b>	<b>(180,3)</b>	<b>70,5%</b>	<b>(558,7)</b>	<b>(367,8)</b>	<b>51,9%</b>
Juros incorridos	(160,4)	(98,1)	63,5%	(308,8)	(185,3)	66,6%
Variações monetárias e cambiais	(131,9)	(76,4)	72,6%	(234,6)	(171,2)	37,1%
Ajuste ao valor justo	0,0	(0,0)	n/a	0,0	(0,0)	n/a
Arrendamento	(0,3)	(0,7)	-57,6%	(0,6)	(1,4)	-56,0%
Outras despesas/receitas financeiras	(14,9)	(5,0)	195,7%	(14,7)	(9,9)	48,9%
<b>Total IFRS</b>	<b>(260,6)</b>	<b>(173,1)</b>	<b>50,5%</b>	<b>(488,8)</b>	<b>(356,2)</b>	<b>37,2%</b>

O aumento anual de R\$ 39,8 MM nas Receitas Financeiras ocorreu em função de (i) aumento no volume de caixa aplicado, decorrente da 11ª e 12ª emissões de debêntures no valor de R\$ 800 MM e R\$ 1.250 MM, respectivamente, (ii) o aumento do CDI entre os períodos comparados (2,86% no 2T22 x 0,77% no 2T21) e (iii) geração de caixa operacional no período.

O crescimento de 63,5% na linha de juros incorridos se deve, basicamente, ao aumento do volume médio da dívida causado pela 11ª e 12ª emissões de debêntures e pela correção inflacionária, além do aumento do CDI entre os períodos comparados.

O crescimento anual de 72,6% na linha de variações monetárias e cambiais é explicado pelo aumento da inflação registrada entre os períodos comparados (IPCA de 2,22% no 2T22 x 1,68% no 2T21) associado ao aumento da dívida bruta indexada ao IPCA.

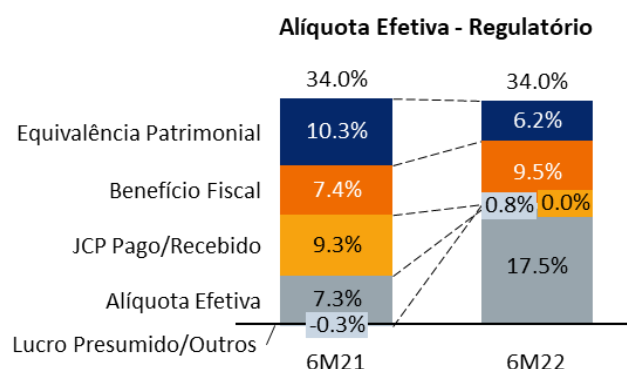
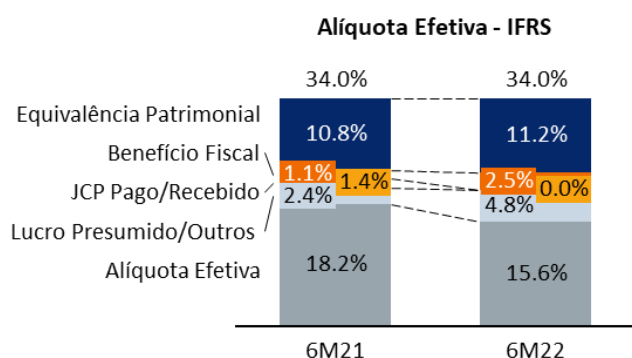
A linha de outras despesas financeiras apresentou um crescimento de R\$ 9,9 MM na comparação anual explicada, basicamente, pela (i) menor atualização monetária de ativos em função de menores depósitos judiciais, (ii) pagamento de multa junto ao SEFAZ de Mato Grosso, e (iii) PIS/COFINS sobre uma maior receita financeira entre os períodos comparados. Estes efeitos foram compensados em parte pela menor atualização monetária de passivos contingentes.

## 4.15. Impostos

A redução de 30,2% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 2T22 e 2T21 é explicada basicamente pela queda no lucro antes dos impostos, aumento na dedução do incentivo fiscal e crescimento no lucro das empresas que possuem tributação em regime de lucro presumido. Estes efeitos foram compensados em parte pelo não pagamento de JCP neste trimestre.

R\$ MM	IFRS					
	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
<b>Conciliação Imposto</b>						
Lucro antes do Impostos	664,6	841,9	-21,1%	1.331,7	1.532,9	-13,1%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(225,9)	(286,2)	-21,1%	(452,8)	(521,2)	-13,1%
Equivalência Patrimonial	76,9	95,3	-19,3%	148,5	165,0	-10,0%
SUDAM/SUDENE	15,7	3,2	385,1%	33,2	17,6	88,9%
JCP Pago/Recebido	-	22,1	-100,0%	-	22,1	-100,0%
Empresas Lucro Presumido	34,0	23,6	44,2%	67,1	44,9	49,4%
Outros	(1,2)	(2,0)	-39,2%	(3,8)	(7,6)	-50,2%
<b>IRPJ e CSLL reconhecido no resultado</b>	<b>(100,5)</b>	<b>(144,0)</b>	<b>-30,2%</b>	<b>(207,7)</b>	<b>(279,1)</b>	<b>-25,6%</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>15,1%</b>	<b>17,1%</b>	<b>-2,0 pp</b>	<b>15,6%</b>	<b>18,2%</b>	<b>-2,6 pp</b>

R\$ MM	Regulatório					
	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
<b>Conciliação Imposto</b>						
Lucro antes do Impostos	165,1	127,1	29,9%	349,1	237,1	47,3%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(56,1)	(43,2)	29,9%	(118,7)	(80,6)	47,3%
Equivalência Patrimonial	11,8	11,1	6,2%	21,7	24,3	-10,9%
SUDAM/SUDENE	15,7	3,2	385,1%	33,2	17,6	88,9%
JCP Pago/Recebido	-	22,1	-100,0%	-	22,1	-100,0%
Empresas Lucro Presumido	4,0	11,8	-65,6%	14,1	14,1	0,0%
Outros	1,2	(20,2)	n/a	(11,4)	(14,8)	-22,9%
<b>IRPJ e CSLL reconhecido no resultado</b>	<b>(23,3)</b>	<b>(15,2)</b>	<b>53,7%</b>	<b>(61,2)</b>	<b>(17,4)</b>	<b>252,5%</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>14,1%</b>	<b>11,9%</b>	<b>2,2 pp</b>	<b>17,5%</b>	<b>7,3%</b>	<b>10,2 pp</b>





A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	1,65%	7,60%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE*	"Real"	"Sudene"	62%	2032	1,65%	7,60%
ERB1	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

\*Concessão do benefício fiscal da SUDENE para ESTE depende da conexão do ativo ao SIN, condicionada a conclusão de um empreendimento controlado por terceiros.

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

### **Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal**

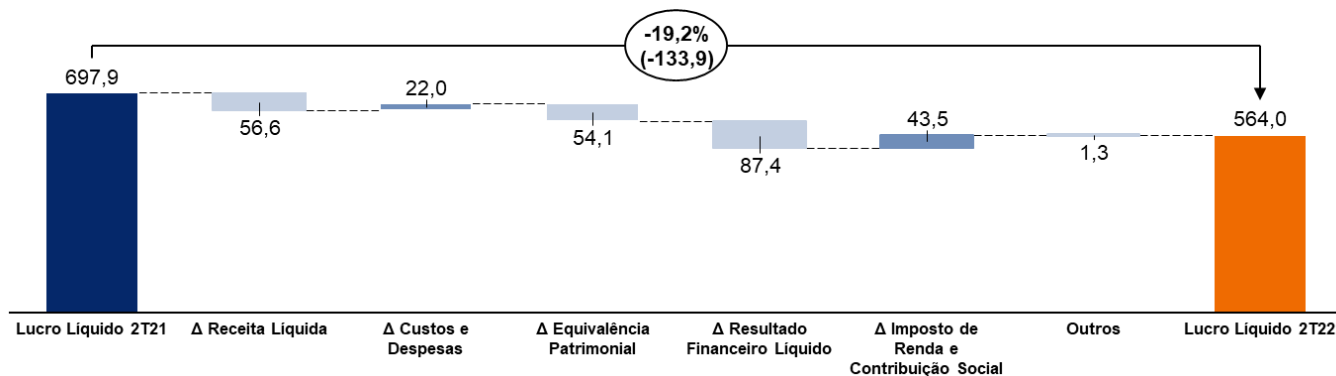
Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

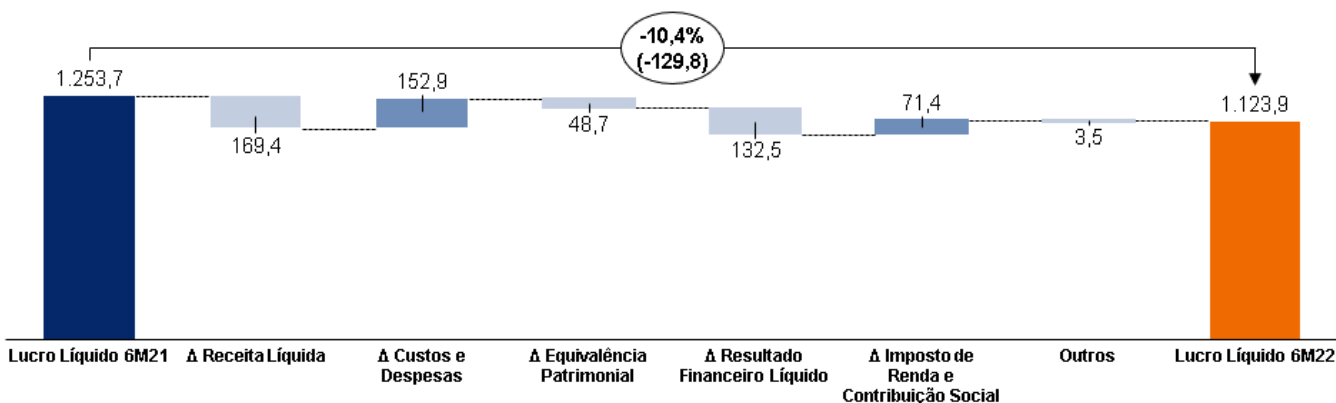
## 4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 564,0 MM no 2T22, apresentando uma redução de 19,2% que o registrado no 2T21. No primeiro semestre de 2022, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 1.123,9 MM, 10,4% menor que o mesmo período de 2021.

### Lucro Líquido IFRS – 2T22:

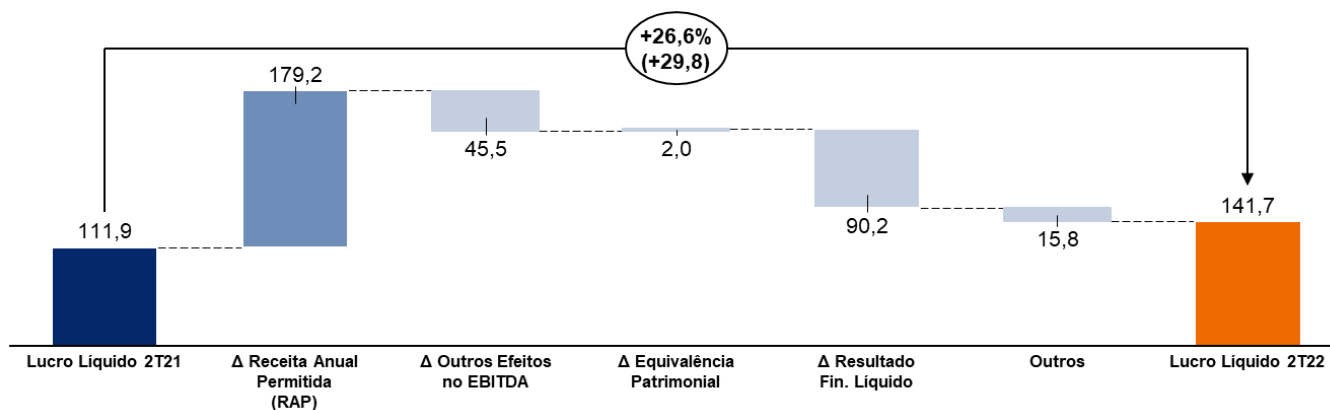


### Lucro Líquido IFRS – 6M22:

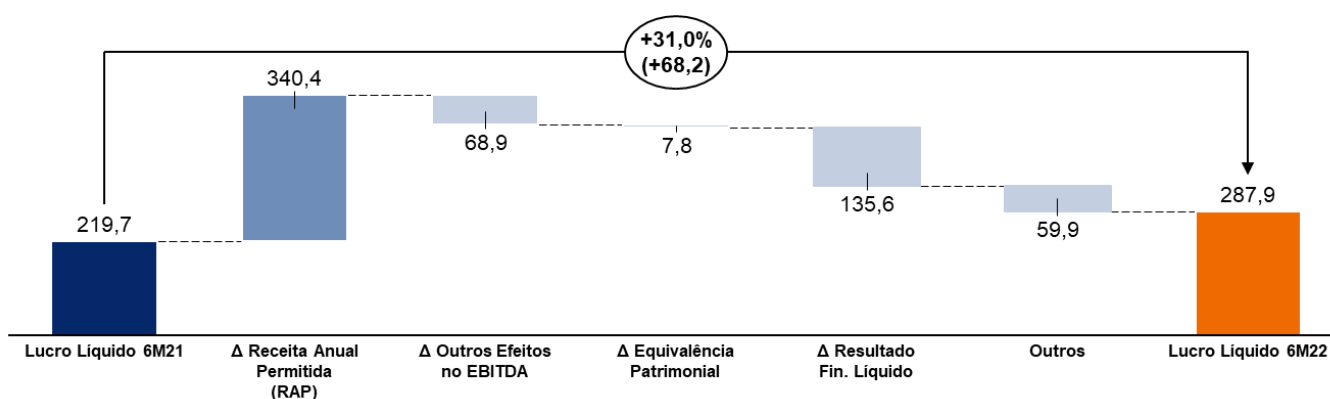


Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 141,7 MM no 2T22, apresentando um aumento anual de 26,6%. Já no 6M22, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 287,9 MM, 31,0% maior que o mesmo período do ano anterior.

## Lucro Líquido Regulatório – 2T22:



## Lucro Líquido Regulatório – 6M22:

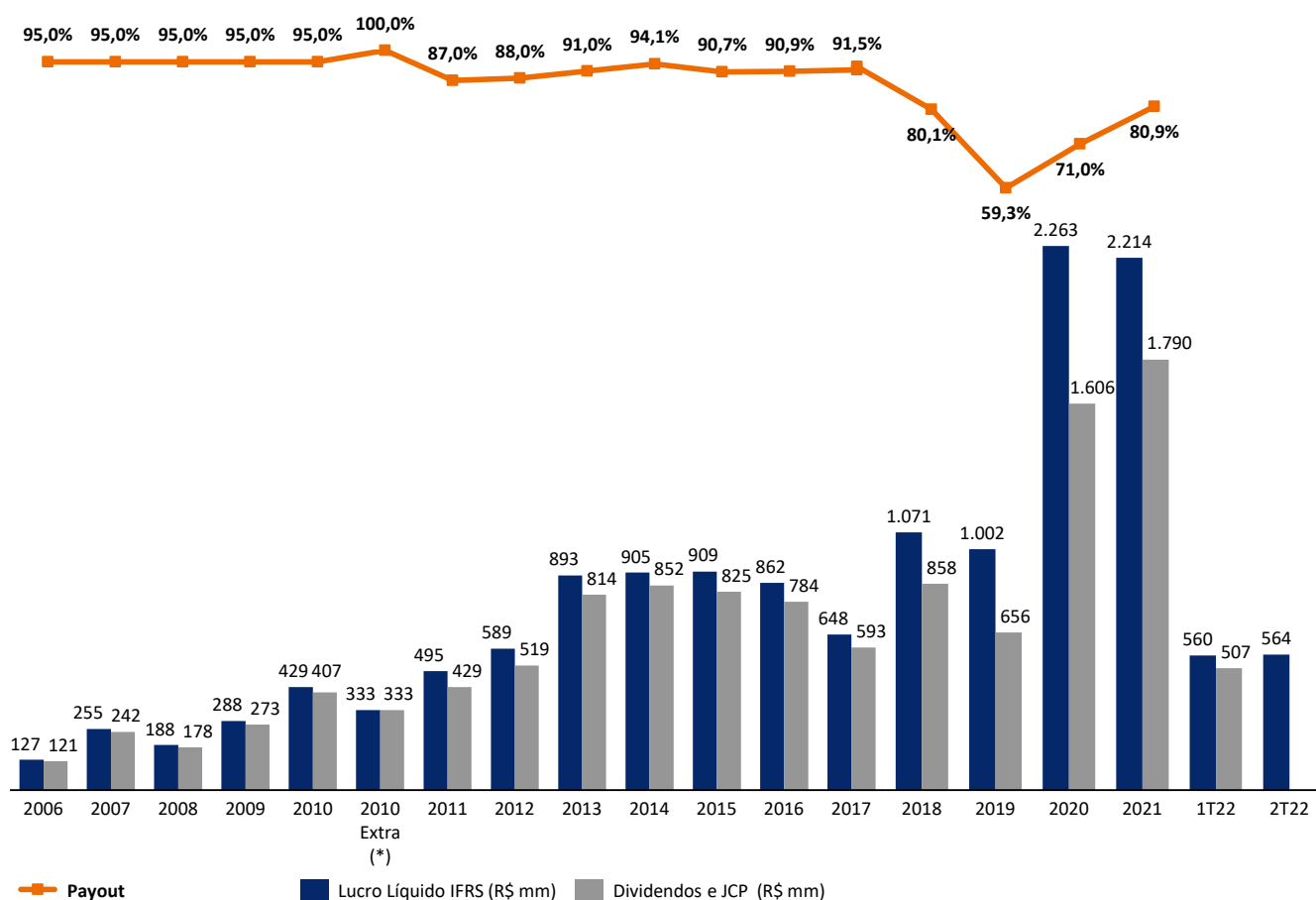




## 4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No dia 31 de maio de 2022, a Taesa pagou o total de R\$ 800,3 MM (R\$ 2,32 / Unit) segregados da seguinte forma: (i) R\$ 147,0 MM a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes de 2021 e R\$ 653,3 MM a título de dividendos adicionais referente à destinação do lucro líquido de 2021. Com isso, o montante total de proventos distribuídos sobre o resultado de 2021 foi de R\$ 1.789,9 MM, registrando um payout de 80,9%.

Adicionalmente, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou hoje a distribuição de (i) R\$ 308,8 MM (R\$ 0,90 / Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 197,9 MM (R\$ 0,57 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), totalizando R\$ 506,7 MM (R\$ 1,47 / Unit). O pagamento ocorrerá no dia 26 de agosto de 2022, a partir da data base de 15 de agosto de 2022.



#### 4.18. Endividamento

No 2T22, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 8.515 MM, 12% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.853,4 MM, registrando um aumento de 26,7% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 6.661,5 MM, 8,6% maior que o 1T22.

R\$ MM					
Dívida Líquida	2T22	% Dív Bruta	1T22	% Dív Bruta	Var. %
<b>Curto Prazo</b>	<b>865,4</b>	<b>10,2%</b>	<b>1.031,4</b>	<b>13,6%</b>	<b>-16,1%</b>
Taxa Fixa	6,4	0,1%	7,6	0,1%	-16,6%
CDI	421,4	4,9%	549,1	7,2%	-23,2%
IPCA	437,6	5,1%	474,7	6,2%	-7,8%
<b>Longo Prazo</b>	<b>7.649,5</b>	<b>89,8%</b>	<b>6.568,0</b>	<b>86,4%</b>	<b>16,5%</b>
Taxa Fixa	0,1	0,0%	1,0	0,0%	-93,9%
CDI	1.994,9	23,4%	2.345,7	30,9%	-15,0%
IPCA	5.654,6	66,4%	4.221,3	55,5%	34,0%
<b>Endividamento Total</b>	<b>8.515,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.599,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,0%</b>
(-) Caixa e Aplicações *	(1.853,4)		(1.463,3)		26,7%
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>6.661,5</b>		<b>6.136,1</b>		<b>8,6%</b>

\* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 2T22 a dívida bruta totalizou R\$ 8.515 MM e o caixa R\$ 1.853,4 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 6.661,5 MM. O aumento de 12,0% da dívida bruta no período se deve basicamente a 12ª emissão de debêntures da Taesa, concluída em maio, compensado em parte pela amortização da 9ª emissão de debêntures no montante de R\$ 477 MM em abril.

O aumento de 26,7% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pelos recursos recebidos da 12ª emissão de debêntures e pela geração operacional de caixa no período.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 10.759,9 MM e o caixa de R\$ 2.063,8 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.144,0 MM e caixa/aplicações de R\$ 130,8 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 3 MM e caixa/aplicações de R\$ 13,6 MM; e (iv) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.097,8 MM e caixa/aplicações de R\$ 65,9 MM.

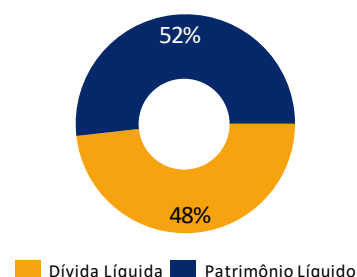
Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,8x no 2T22, em linha com o valor registrado no 1T22 (3,8x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 3,7x no 2T22 versus 3,7x registrado no 1T22.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	8.515,0	1.853,4	6.661,5
ETAU (75,6%)	3,0	13,6	-10,6
TBE (49,99%)	1.144,0	130,8	1.013,2
AIE (50%)	1.097,8	65,9	1.031,9
<b>TOTAL</b>	<b>10.759,9</b>	<b>2.063,8</b>	<b>8.696,1</b>

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir deste trimestre os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste pro forma.

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



■ Dívida Líquida ■ Patrimônio Líquido

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	958.763	34.106	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	IPCA	336.178	11.633	IPCA + 4,41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	664.588	38.081	IPCA + 5,9526%	AAA.br	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	441.262	14.147	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	250.691	1.770	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Semestral	12
	7ª Debêntures	IPCA	599.511	77.781	IPCA + 4,50%	AAA.br	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	370.082	717	IPCA + 4,77%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	10ª Debêntures	CDI	645.330	11.425	CDI + 1,70%	-	Mai/2028	Bullet	1
	10ª Debêntures	IPCA	108.240	669	IPCA + 4,7605%	-	Mai/2036	Anual	1
	11ª Debêntures	CDI	148.782	7.645	CDI + 1,18%	AAA.br	Mai/2025	Semestral	2
	11ª Debêntures	CDI	648.782	33.621	CDI + 1,36%	AAA.br	Mai/2027	Semestral	2
	12ª Debêntures	IPCA	620.916	4.974	IPCA + 5,60%	AAA.br	Abri/2029	Bullet	1
	12ª Debêntures	IPCA	287.509	2.431	IPCA + 5,75% a. a.	AAA.br	Abri/2032	Anual	1
	12ª Debêntures	IPCA	306.075	2.624	IPCA + 5,85%	AAA.br	Abri/2037	Anual	1
	SWAP - Citibank*	CDI	356.430	0	106.0% CDI	-	Mai/2023	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	112.275	0	IPCA + 3,995% a. a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	112.273	0	IPCA + 3,99% a. a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	56.185	0	IPCA + 3,94% a. a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	56.091	0	IPCA + 3,91% a. a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	55.441	0	IPCA + 3,66% a. a.	-	Mai/2026	Bullet	1
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	55.079	0	IPCA + 3,59% a. a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
FINAME	FINAME	pré-fix	8	0	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	1.269	1	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	3.807	5	3,00%	-	Jan/2023	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	116	0	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
SGT	FINAME	pré-fix	1.223	1	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	256.988	5.296	IPCA + 4,5% a. a.	-	Jul/2033	Trimestral	4
	2ª Debêntures	IPCA	756.994	1.477	IPCA + 4,8295% a. a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	52.875	2.809	IPCA + 2,109% a. a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES - GIRO	TJLP	3.021	14	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	6ª Debêntures	CDI	1.907	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	9.256	15	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.782	7.342	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	9ª Debêntures	CDI	99.726	3.171	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	10ª Debêntures	CDI	54.676	943	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
EBTE	1ª Debentures	CDI	16.367	27	112% CDI	-	jun/2023	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	37.116	1.182	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	3ª Debentures	CDI	33.292	575	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	153.979	41.815	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	4ª Debêntures	CDI	1.481	2	107,75% CDI	-	Set/ 2022	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	9.525	519	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	13.992	160	2,90% a. a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	9.513	303	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	7ª Debêntures	CDI	11.384	196	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
ENTE	4ª Debêntures	CDI	24.937	1.360	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	50.788	579	2,90% a. a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	14.878	257	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
ETEP	3ª Debêntures	CDI	5.501	9	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	CBB Santander	CDI	45.704	521	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
	4ª Debêntures	CDI	24.905	793	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	5ª Debêntures	CDI	17.364	300	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	224.665	45.931	IPCA + 4,5% a. a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSESTE	BDMG	pré-fix	3.544	18	10% a. a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	1.006	82	9,5% a. a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	1.943	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	2.037	3	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.667	76	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	1.313	2	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	3ª Debentures	CDI	26.908	857	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
TRANSUDESTE	BNDES	pré-fix	1.122	69	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	1.652	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	967.983	129.855	IPCA + 4,9982% a. a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			10.271.694	488.199					

\* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

## 4.19. Investimentos

No 6M22 a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 263,6 MM contra R\$ 545,9 MM investidos no 6M21, referentes aos empreendimentos em construção. A redução de 51,7% entre os períodos comparados se deve aos menores investimentos em alguns projetos (Ivaí, Sant'Ana, Janaúba e ESTE), principalmente em função do estágio avançado da construção destes empreendimentos, alguns deles já concluídos, compensado em parte por maiores investimentos em Aimorés e Paraguaçu.

### Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

R\$ Mil	Custo de Implementação (Capex)									TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	6M22	
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	34.592	-	-	179.129
Miracema			1.197	41.695	115.009	110.664	-	-	-	268.565
Janaúba				10.190	30.741	116.074	655.111	162.130	-	974.246
Aimorés				3.923	3.638	65.877	82.034	15.751	31.222	202.446
Paraguaçu				5.750	4.611	110.848	108.966	40.506	30.037	300.718
Ivaí				8.662	12.740	46.190	379.137	348.458	105.304	900.491
ESTE				868	4.546	6.243	122.486	140.757	28.481	303.380
EDTE					14.635	175.155	1.837	-	-	191.626
Sant'Ana					-	32.172	151.021	268.325	62.069	513.587
Ananai								-	6.494	6.494
<b>Total</b>	<b>2.619</b>	<b>4.751</b>	<b>22.378</b>	<b>109.195</b>	<b>208.716</b>	<b>718.306</b>	<b>1.535.184</b>	<b>975.927</b>	<b>263.608</b>	<b>3.840.684</b>

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. O ajuste na linha de custos de implementação de infraestrutura gerado pela adoção do CPC 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (PL). Para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

## 4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente quatro empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 4.540 MM e uma RAP de R\$ 655,7 MM (ciclo RAP 2022-2023). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o investimento ANEEL é de R\$ 3.571,5 MM com uma RAP proporcional de R\$ 456,5 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/Localização	Parceria	RAP (ciclo 2022-23) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	20,6	107	mai/14	mai/17	Concluído em 25/05/2020
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	86,4	276	jun/16	dez/19	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	92,2	368	dez/16	dez/19	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2ª Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE-TBE)	149,0	486	fev/17	fev/22	Concluído em 09/02/2022
	Janaúba (Lote 17)	545 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	257,6	960	fev/17	fev/22	Concluído em 01/09/2021
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	105,4	341	fev/17	fev/22	Concluído em 06/05/2022
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	157,3	510	fev/17	fev/22	Concluído em 27/07/2022
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	398,5	1.937	ago/17	ago/22	Em andamento
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	77,8	610	mar/19	mar/23	Em andamento
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananai (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	159,9	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 102)	93 km / Santa Catarina	100% Taesa	19,5	243	set/22	mar/27	Em andamento
<b>TOTAL</b>		<b>3.314 km</b>		<b>R\$ 1.524,1 MM</b>	<b>R\$ 7.588 MM</b>			

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima consideram PIS/COFINS.



## Status dos Projetos

### Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implementação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em novembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Energização concluída em 1º de setembro de 2021.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 10 de setembro de 2021, com data retroativa a 1º de setembro de 2021.
- Concessão em operação.

### ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Licença de Operação emitida em 17 de dezembro de 2021.
- Emissão do Termo de Liberação de Receita em 18 de fevereiro de 2022, com data retroativa a 9 de fevereiro de 2022.
- Empreendimento finalizado e aguardando conclusão de terceiros para energização.

### Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Licença de Operação emitida em fevereiro de 2022.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 6 de maio de 2022.
- Concessão em operação.

### Paraguaçu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 27 de julho de 2022.
- Concessão em operação.

## **Ivaí**

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico: 98% em 30 de junho de 2022.

## **Sant'Ana**

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 e LT Livramento 3 – Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022 retroativo a 28 de março de 2022.
- Avanço físico: 88% em 30 de junho de 2022.

## **Ananai**

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.

## **Pitiquari**

- Constituição da empresa Pitiquari Transmissora de Energia Elétrica S.A. em junho de 2022 para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.

#### 4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade, que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhora contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

Para o período, as ações de destaque foram:

- Elaboração do relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes do GRI e dos ODS do Pacto Global ONU
- Realização do Processo de Materialidade e definição dos Tópicos Materiais a partir das premissas da GRI
- Elaboração do segundo Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia GHG Protocol
- Consolidação do Programa de Diversidade por meio da criação do Comitê e da Política de Diversidade e Inclusão
- Adesão aos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres e associação ao Movimento +Mulher 360
- Disponibilização de painel de indicadores ASG no site de Relações com Investidores
- Manter-se signatária do Pacto Global da ONU comprometido com a Agenda 2030 (ODS)
- Emissão de 6 debêntures verdes
- 2ª Certificação *Great Place to Work* 2021-2022 – 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2021 - Segmento Geração, Distribuição e Transmissão
- Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos
- Adesão ao Movimento Transparência 100% da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas
- Planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Programa Segurança 100%
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas

No início de 2021, foi criado o programa de Diversidade e Inclusão composto inicialmente por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. O Programa está dividido em 5 pilares: Empoderamento Feminino, 50+, LGBTQIA+, PCDs e Raça & Etnia.

Em 2022, o Programa segue com diversas ações e a seguir, elencamos algumas delas:

- Atualização do Comitê de Diversidade
- Grupos de Afinidade
- Pesquisa de Viés Inconsciente
- Fóruns de Empoderamento Feminino
- Curso de formação de eletricistas para mulheres

- Metas de aumento dos indicadores dos 5 pilares (referente aos resultados de 2021)
- Palestras sobre os temas de diversidade
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PCDs
- Livro sobre Diversidade e Inclusão
- Pesquisa de acessibilidade

Para mais informações, acesse o website de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2021): <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/#relatorio>

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI: <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/>

### 4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19

O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

#### Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre orientações de saúde e higiene;
- Retorno às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com *home office* e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação anual contra a gripe influenza para todos;
- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”);
- Incentivo à imunização completa: 99,6% dos colaboradores com o esquema primário completo, 93,4% com as 3 doses, considerando que a 3ª dose da Janssen foi recomendada recentemente pelo Ministério da Saúde. Seguimos avançando com a 4ª dose para os colaboradores a partir dos 40 anos.
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina.

#### Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,95% no 6M22);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento; Algumas já concluídas;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$ 2,8 bilhões investidos entre 2020 e 2T22.

#### Preservação da saúde financeira da Companhia

- Manutenção de posição de liquidez confortável;
- Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados;
- A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody's e Fitch (AAA na Escala Nacional);
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da pandemia no setor elétrico.



## 5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

R\$ MM					2T22	
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	PV	
NOVATRANS	59,5	57,7	0,6	45,8	(1,2)	
TSN	20,5	24,8	0,7	86,6	(0,2)	
MUNIRAH	1,6	1,7	1,1	5,7	-	
GTESA	0,9	1,1	-	0,8	-	
PATESA	2,6	4,4	-	2,0	(0,0)	
ETEO	11,6	16,1	-	17,3	-	
NTE	14,7	14,3	0,0	14,1	(2,6)	
STE	8,8	12,0	0,0	5,6	(0,0)	
ATE	15,0	22,1	0,0	10,8	(0,0)	
ATE II	18,2	29,1	0,0	24,2	(0,9)	
ATE III	8,4	13,8	0,0	11,3	(0,0)	
ETAU	2,1	6,5	-	3,5	(0,1)	
BRASNORTE	6,5	7,2	-	0,8	(0,0)	
SÃO GOTARDO	0,9	2,2	-	0,3	(0,0)	
SÃO JOÃO	9,9	19,8	-	2,0	-	
SÃO PEDRO	10,0	18,3	-	1,6	(0,0)	
LAGOA NOVA	3,1	4,3	-	0,5	(0,8)	
MARIANA	3,3	7,2	-	0,6	(0,1)	
MIRACEMA	14,3	19,8	-	4,0	1,0	
JANAÚBA	52,9	69,9	-	5,6	-	
SANT'ANA	1,5	0,6	36,5	0,0	-	
ANANAÍ	-	-	7,0	-	-	
AIMORÉS	-	9,2	104,2	1,1	-	
PARAGUAÇÚ	-	-	36,0	-	-	
IVAÍ	-	-	134,6	-	-	
EATE	17,7	39,8	0,3	7,8	-	
EBTE	4,3	12,1	0,6	2,5	(0,1)	
ECTE	1,4	3,2	0,1	0,6	-	
EDTE	8,9	12,7	0,1	1,3	-	
ENTE	9,5	23,6	0,3	3,9	(0,0)	
ERTE	1,8	4,9	0,1	1,4	-	
ESDE	1,1	2,2	0,0	0,4	-	
ESTE	13,3	21,4	0,0	2,8	-	
ETEP	3,6	8,2	0,2	2,4	(0,5)	
ETSE	0,8	1,7	0,0	0,2	-	
LUMITRANS	0,8	2,4	0,1	0,5	(0,0)	
STC	0,8	2,0	0,1	0,8	0,1	
TRANSIRAPE	1,9	3,7	(3,6)	0,8	0,1	
TRANSLESTE	2,9	4,2	0,0	0,6	(0,0)	
TRANSUDESTE	1,5	2,8	0,1	0,6	-	
<b>Total</b>	<b>336,4</b>	<b>507,0</b>	<b>319,3</b>	<b>271,3</b>	<b>(5,4)</b>	

## 5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 1T22	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	RAP	Ativo Contratual 2T22
NOVATRANS	10%	1.687,7	59,5	57,7	0,6	45,8	(120,8)	1.730,5
TSN	11%	844,1	20,5	24,8	0,7	86,6	(114,3)	862,5
MUNIRAH	12%	60,6	1,6	1,7	1,1	5,7	(7,5)	63,2
GTESA	11%	31,8	0,9	1,1	-	0,8	(2,0)	32,6
PATESA	8%	135,2	2,6	4,4	-	2,0	(6,0)	138,2
ETEO	10%	460,2	11,6	16,1	-	17,3	(36,1)	469,1
NTE	15%	416,6	14,7	14,3	0,0	14,1	(31,5)	428,3
STE	10%	350,8	8,8	12,0	0,0	5,6	(17,4)	359,8
ATE	10%	646,8	15,0	22,1	0,0	10,8	(30,5)	664,3
ATE II	9%	883,0	18,2	29,1	0,0	24,2	(68,4)	886,1
ATE III <sup>13</sup>	7%	511,2	8,4	13,8	0,0	11,3	(38,2)	506,6
ETAU <sup>3</sup>	18%	169,4	2,1	6,5	-	3,5	(8,7)	172,8
BRASNORTE <sup>3</sup>	6%	238,4	6,5	7,2	-	0,8	(7,8)	245,0
SÃO GOTARDO <sup>1</sup>	5%	71,5	0,9	2,2	-	0,3	(1,5)	73,4
SÃO JOÃO <sup>13</sup>	6%	654,1	9,9	19,8	-	2,0	(14,0)	671,8
SÃO PEDRO <sup>13</sup>	6%	607,9	10,0	18,3	-	1,6	(13,2)	624,6
LAGOA NOVA <sup>13</sup>	9%	137,5	3,1	4,3	-	0,5	(3,6)	141,8
MARIANA <sup>13</sup>	6%	232,5	3,3	7,2	-	0,6	(4,6)	239,1
MIRACEMA <sup>13</sup>	9%	633,3	14,3	19,8	-	4,0	(18,8)	652,7
JANAÚBA <sup>13</sup>	10%	2.235,5	52,9	69,9	-	5,6	(58,9)	2.305,0
SANT'ANA <sup>123</sup>	9%	564,1	1,5	0,6	36,5	0,0	(1,51)	601,4
ANANAÍ <sup>2</sup>	7%	0,4	-	-	7,3	-	-	7,7
AIMORÉS <sup>1234</sup>	8%	402,4	-	9,2	104,2	1,1	(6,3)	510,7
PARAGUAÇU <sup>1234</sup>	8%	646,1	-	-	36,0	-	-	682,1
IVAÍ <sup>1234</sup>	8%	1.638,9	-	-	134,6	-	-	1.773,5
EATE <sup>3</sup>	7%	1.118,2	17,7	39,8	0,3	7,8	(44,7)	1.139,0
EBTE <sup>1</sup>	4%	420,6	4,3	12,1	0,6	2,5	(10,2)	430,0
ECTE	6%	92,7	1,4	3,2	0,1	0,6	(3,7)	94,2
EDTE <sup>13</sup>	9%	407,8	8,9	12,7	0,1	1,3	(10,5)	420,3
ENTE	6%	669,5	9,5	23,6	0,3	3,9	(23,0)	683,9
ERTE	5%	141,0	1,8	4,9	0,1	1,4	(5,2)	143,9
ESDE <sup>1</sup>	7%	71,1	1,1	2,2	0,0	0,4	(1,9)	72,9
ESTE <sup>13</sup>	8%	680,8	13,3	21,4	0,0	2,8	(17,0)	701,2
ETEP	6%	237,9	3,6	8,2	0,2	2,4	(10,0)	242,2
ETSE <sup>1</sup>	6%	54,4	0,8	1,7	0,0	0,2	(1,2)	55,9
LUMITRANS	5%	73,3	0,8	2,4	0,1	0,5	(4,4)	72,8
STC <sup>1</sup>	5%	74,5	0,8	2,0	0,1	0,8	(3,9)	74,3
TRANSIRAPE <sup>5</sup>	8%	122,9	1,9	3,7	(3,6)	0,8	(5,4)	120,4
TRANSESTE <sup>5</sup>	10%	118,0	2,9	4,2	0,0	0,6	(4,4)	121,3
TRANSUDESTE <sup>5</sup>	8%	82,4	1,5	2,8	0,1	0,6	(4,6)	82,8
<b>Total</b>		<b>18.625,4</b>	<b>336,4</b>	<b>507,0</b>	<b>319,7</b>	<b>271,3</b>	<b>(761,8)</b>	<b>19.297,9</b>

<sup>1</sup> As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

<sup>2</sup> em construção

<sup>3</sup> As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

<sup>4</sup> Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

<sup>5</sup> Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

### 5.3. DRE 2T22

DRE	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	2T22	2T21	Var.%	2T22	2T21	Var.%
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	619.179	439.934	40,7%
Operação e manutenção	239.910	175.029	37,1%	-	-	-	
Remuneração do ativo contratual de concessão	264.001	186.847	41,3%	-	-	-	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	346.378	441.015	-21,5%	-	-	-	
Receita de Implementação de Infraestrutura	46.099	169.796	-72,9%	-	-	-	
Outras receitas operacionais	23.034	6.136	275,4%	320	9.393	-96,6%	
Parcela variável	(4.895)	(6.983)	-29,9%	(4.895)	(6.983)	-29,9%	
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>914.526</b>	<b>971.841</b>	<b>-5,9%</b>	<b>614.604</b>	<b>442.344</b>	<b>38,9%</b>	
PIS e COFINS	(46.464)	(51.130)	-9,1%	(34.189)	(23.578)	45,0%	
ISS	(110)	(158)	-29,9%	(110)	(158)	-29,9%	
ICMS	(20)	(3)	508,0%	(20)	(3)	508,0%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(20.210)	(16.229)	24,5%	(20.210)	(16.229)	24,5%	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	
Deduções da receita operacional bruta	(66.805)	(67.520)	-1,1%	(54.529)	(39.968)	36,4%	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>847.722</b>	<b>904.321</b>	<b>-6,3%</b>	<b>560.075</b>	<b>402.376</b>	<b>39,2%</b>	
Pessoal	(49.234)	(43.302)	13,7%	(49.234)	(43.302)	13,7%	
Material	(51.320)	(96.307)	-46,7%	(1.747)	(1.651)	5,8%	
Serviços de terceiros	(28.978)	(23.811)	21,7%	(28.978)	(23.811)	21,7%	
Outras despesas operacionais	(12.047)	(200)	5933,0%	(15.246)	(2.525)	503,8%	
<b>Custos e Despesas</b>	<b>(141.578)</b>	<b>(163.620)</b>	<b>-13,5%</b>	<b>(95.205)</b>	<b>(71.290)</b>	<b>33,5%</b>	
Depreciação e amortização	(7.091)	(5.809)	22,1%	(71.997)	(64.308)	12,0%	
<b>Custos, Despesas e D&amp;A</b>	<b>(148.669)</b>	<b>(169.429)</b>	<b>-12,3%</b>	<b>(167.201)</b>	<b>(135.597)</b>	<b>23,3%</b>	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>699.053</b>	<b>734.892</b>	<b>-4,9%</b>	<b>392.874</b>	<b>266.778</b>	<b>47,3%</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	226.078	280.161	-19,3%	34.784	32.755	6,2%	
Renda de aplicação financeira	46.908	7.149	556,2%	46.908	7.149	556,2%	
Despesas financeiras	(307.483)	(180.289)	70,5%	(309.514)	(179.577)	72,4%	
Empréstimos e financiamentos	(49.696)	53.666	-	(49.696)	53.666	-	
- Juros incorridos	(4.443)	(6.455)	-31,2%	(4.443)	(6.455)	-31,2%	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Variação cambial	(47.038)	80.766	-	(47.038)	80.766	-	
- Ajuste ao valor justo	1.785	(20.645)	-	1.785	(20.645)	-	
Instrumentos financeiros derivativos	41.086	(75.523)	-	41.086	(75.523)	-	
- Juros incorridos	(4.167)	(15.402)	-72,9%	(4.167)	(15.402)	-72,9%	
- Variação cambial	47.038	(80.766)	-	47.038	(80.766)	-	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	(1.785)	20.645	-	(1.785)	20.645	-	
Debêntures	(283.662)	(152.678)	85,8%	(283.662)	(152.678)	85,8%	
- Juros incorridos	(151.780)	(76.268)	99,0%	(151.780)	(76.268)	99,0%	
- Variações monetárias	(131.881)	(76.409)	72,6%	(131.881)	(76.409)	72,6%	
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-	
Despesa Financeira – Arrendamento	(302)	(713)	-57,6%	-	-	-	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(14.909)	(5.042)	195,7%	(17.242)	(5.042)	242,0%	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(260.575)</b>	<b>(173.141)</b>	<b>50,5%</b>	<b>(262.606)</b>	<b>(172.428)</b>	<b>52,3%</b>	
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>664.556</b>	<b>841.911</b>	<b>-21,1%</b>	<b>165.052</b>	<b>127.105</b>	<b>29,9%</b>	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(100.534)	(144.016)	-30,2%	(23.316)	(15.169)	53,7%	
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>564.022</b>	<b>697.895</b>	<b>-19,2%</b>	<b>141.736</b>	<b>111.936</b>	<b>26,6%</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>706.143</b>	<b>740.701</b>	<b>-4,7%</b>	<b>464.870</b>	<b>331.086</b>	<b>40,4%</b>	
<b>Margem EBITDA</b>	<b>83,3%</b>	<b>81,9%</b>	<b>1,4 pp</b>	<b>83,0%</b>	<b>82,3%</b>	<b>0,7 pp</b>	

## 5.4. DRE 6M22

DRE	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	6M22	6M21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	1.220.044	879.620	38,7%
Operação e manutenção	479.763	350.058	37,1%	-	-	-	
Remuneração do ativo contratual de concessão	518.079	373.848	38,6%	-	-	-	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	679.539	805.863	-15,7%	-	-	-	
Receita de Implementação de Infraestrutura	96.003	418.974	-77,1%	-	-	-	
Outras receitas operacionais	29.889	11.945	150,2%	390	725	-46,2%	
Parcela variável	(27.666)	(11.264)	145,6%	(27.666)	(11.264)	145,6%	
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>1.775.608</b>	<b>1.949.424</b>	<b>-8,9%</b>	<b>1.192.769</b>	<b>869.081</b>	<b>37,2%</b>	
PIS e COFINS	(93.214)	(103.899)	-10,3%	(67.541)	(47.550)	42,0%	
ISS	(208)	(308)	-32,3%	(208)	(308)	-32,3%	
ICMS	(21)	(7)	204,5%	(21)	(7)	204,5%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(38.796)	(32.440)	19,6%	(38.796)	(32.440)	19,6%	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	
Deduções da receita operacional bruta	(132.240)	(136.654)	-3,2%	(106.567)	(80.305)	32,7%	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.643.368</b>	<b>1.812.770</b>	<b>-9,3%</b>	<b>1.086.202</b>	<b>788.776</b>	<b>37,7%</b>	
Pessoal	(98.478)	(86.144)	14,3%	(98.478)	(86.144)	14,3%	
Material	(87.589)	(264.888)	-66,9%	(2.433)	(2.359)	3,1%	
Serviços de terceiros	(44.080)	(35.766)	23,2%	(44.080)	(35.766)	23,2%	
Outras despesas operacionais	(15.587)	(11.797)	32,1%	(21.894)	(16.714)	31,0%	
<b>Custos e Despesas</b>	<b>(245.735)</b>	<b>(398.595)</b>	<b>-38,3%</b>	<b>(166.885)</b>	<b>(140.984)</b>	<b>18,4%</b>	
Depreciação e amortização	(13.947)	(10.495)	32,9%	(143.446)	(127.399)	12,6%	
<b>Custos, Despesas e D&amp;A</b>	<b>(259.682)</b>	<b>(409.090)</b>	<b>-36,5%</b>	<b>(310.331)</b>	<b>(268.383)</b>	<b>15,6%</b>	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>1.383.686</b>	<b>1.403.680</b>	<b>-1,4%</b>	<b>775.871</b>	<b>520.393</b>	<b>49,1%</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	436.736	485.413	-10,0%	63.687	71.480	-10,9%	
Renda de aplicação financeira	69.955	11.559	505,2%	69.955	11.559	505,2%	
Despesas financeiras	(558.710)	(367.795)	51,9%	(560.418)	(366.377)	53,0%	
Empréstimos e financiamentos	39.473	2.227	1672,5%	39.473	2.227	1672,5%	
- Juros incorridos	(7.089)	(15.069)	-53,0%	(7.089)	(15.069)	-53,0%	
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%	
- Variação cambial	41.113	24.815	65,7%	41.113	24.815	65,7%	
- Ajuste ao valor justo	5.449	(7.519)	-	5.449	(7.519)	-	
Instrumentos financeiros derivativos	(63.604)	(45.966)	38,4%	(63.604)	(45.966)	38,4%	
- Juros incorridos	(17.042)	(28.670)	-40,6%	(17.042)	(28.670)	-40,6%	
- Variação cambial	(41.113)	(24.815)	65,7%	(41.113)	(24.815)	65,7%	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	(5.449)	7.519	-	(5.449)	7.519	-	
Debêntures	(519.212)	(312.737)	66,0%	(519.212)	(312.737)	66,0%	
- Juros incorridos	(284.627)	(141.574)	101,0%	(284.627)	(141.574)	101,0%	
- Variações monetárias	(234.585)	(171.163)	37,1%	(234.585)	(171.163)	37,1%	
- Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	
Despesa Financeira – Arrendamento	(624)	(1.418)	-56,0%	-	-	-	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(14.743)	(9.900)	48,9%	(17.076)	(9.900)	72,5%	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(488.755)</b>	<b>(356.236)</b>	<b>37,2%</b>	<b>(490.464)</b>	<b>(354.818)</b>	<b>38,2%</b>	
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>1.331.667</b>	<b>1.532.857</b>	<b>-13,1%</b>	<b>349.094</b>	<b>237.055</b>	<b>47,3%</b>	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(207.722)	(279.110)	-25,6%	(61.176)	(17.354)	252,5%	
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.123.945</b>	<b>1.253.747</b>	<b>-10,4%</b>	<b>287.919</b>	<b>219.702</b>	<b>31,0%</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>1.397.632</b>	<b>1.414.175</b>	<b>-1,2%</b>	<b>919.317</b>	<b>647.792</b>	<b>41,9%</b>	
<b>Margem EBITDA</b>	<b>85,0%</b>	<b>78,0%</b>	<b>7,0 pp</b>	<b>84,6%</b>	<b>82,1%</b>	<b>2,5 pp</b>	



## 5.5. DRE IFRS 2T22 (Subsidiárias)

### DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>					
Operação e manutenção	3.490	26.758	1.108	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	2.160	70.346	6.367	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	5.542	144.868	9.235	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	(1.555)	97.855	36.021	134.596
Outras receitas operacionais	2.017	2.366	223	-	-
Parcela variável	-	(498)	-	-	-
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>13.210</b>	<b>242.284</b>	<b>114.789</b>	<b>36.021</b>	<b>134.596</b>
PIS e COFINS	(1.749)	(13.404)	(10.320)	(3.332)	(12.450)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(330)	(5.228)	(64)	-	-
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(2.079)</b>	<b>(18.632)</b>	<b>(10.396)</b>	<b>(3.332)</b>	<b>(12.450)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>11.131</b>	<b>223.652</b>	<b>104.393</b>	<b>32.689</b>	<b>122.145</b>
<b>CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS</b>					
Pessoal	(578)	(6.790)	(310)	(101)	(178)
Material	(312)	3.497	(25.436)	(12.224)	(58.492)
Serviços de terceiros	(641)	(4.914)	(192)	(172)	(547)
Outras despesas operacionais	(24)	334	(24)	(26)	21
<b>Custos e Despesas</b>	<b>(1.554)</b>	<b>(7.873)</b>	<b>(25.962)</b>	<b>(12.523)</b>	<b>(59.196)</b>
Depreciação e amortização	(37)	(115)	(16)	(20)	(16)
<b>Custos, Despesas e D&amp;A</b>	<b>(1.591)</b>	<b>(7.988)</b>	<b>(25.978)</b>	<b>(12.543)</b>	<b>(59.211)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>9.539</b>	<b>215.663</b>	<b>78.415</b>	<b>20.145</b>	<b>62.934</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	2.468	3.514	535	302	2.164
Despesas financeiras	(302)	(40.249)	(195)	(7)	(45.483)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(55)</b>	<b>(36.735)</b>	<b>340</b>	<b>295</b>	<b>(43.319)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>9.484</b>	<b>178.928</b>	<b>78.755</b>	<b>20.441</b>	<b>19.615</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.547)	(37.000)	(26.713)	(6.937)	(6.666)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.937</b>	<b>141.928</b>	<b>52.042</b>	<b>13.504</b>	<b>12.949</b>
<b>EBITDA</b>	<b>9.576</b>	<b>215.778</b>	<b>78.431</b>	<b>20.166</b>	<b>62.950</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>86,0%</b>	<b>96,5%</b>	<b>75,1%</b>	<b>61,7%</b>	<b>51,5%</b>



## 5.6. DRE IFRS 6M22 (Subsidiárias)

### DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>					
Operação e manutenção	6.981	51.645	1.108	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	4.253	130.217	6.367	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	12.017	281.163	9.235	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	88.582	116.537	82.055	246.299
Outras receitas operacionais	3.870	10.533	223	-	-
Parcela variável	-	(1.883)	(295)	-	-
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>27.120</b>	<b>560.257</b>	<b>133.176</b>	<b>82.055</b>	<b>246.299</b>
PIS e COFINS	(1.284)	(32.627)	(12.046)	(7.590)	(22.783)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(660)	(10.399)	(64)	-	-
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(1.944)</b>	<b>(43.026)</b>	<b>(12.110)</b>	<b>(7.590)</b>	<b>(22.783)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>25.176</b>	<b>517.231</b>	<b>121.066</b>	<b>74.465</b>	<b>223.516</b>
<b>CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS</b>					
Pessoal	(885)	(12.975)	(415)	(259)	(353)
Material	(321)	(29.883)	(31.223)	(30.037)	(105.304)
Serviços de terceiros	(1.508)	(8.736)	(282)	(274)	(1.008)
Outras despesas operacionais	6	(588)	(32)	(34)	13
<b>Custos e despesas</b>	<b>(2.708)</b>	<b>(52.182)</b>	<b>(31.951)</b>	<b>(30.604)</b>	<b>(106.652)</b>
Depreciação e amortização	(64)	(247)	(32)	(41)	(29)
<b>Custos, Despesas e D&amp;A</b>	<b>(2.772)</b>	<b>(52.429)</b>	<b>(31.983)</b>	<b>(30.645)</b>	<b>(106.681)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>22.404</b>	<b>464.801</b>	<b>89.083</b>	<b>43.820</b>	<b>116.835</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	310	5.945	964	689	3.550
Despesas financeiras	(506)	(71.680)	(198)	(25)	(87.073)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(195)</b>	<b>(63.403)</b>	<b>767</b>	<b>664</b>	<b>(83.523)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>22.209</b>	<b>401.398</b>	<b>89.850</b>	<b>44.484</b>	<b>33.312</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.536)	(87.705)	(30.543)	(15.082)	(11.319)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>14.673</b>	<b>313.693</b>	<b>59.307</b>	<b>29.402</b>	<b>21.993</b>
<b>EBITDA</b>	<b>22.468</b>	<b>465.049</b>	<b>89.115</b>	<b>43.861</b>	<b>116.864</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>89,2%</b>	<b>89,9%</b>	<b>73,6%</b>	<b>58,9%</b>	<b>52,3%</b>

## 5.7. DRE Regulatório 2T22 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

### DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>					
Disponibilização do sistema de transmissão	9.874	152.663	7.404	-	-
Operação e manutenção	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	-	(498)	(295)	-	-
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>9.874</b>	<b>152.164</b>	<b>7.110</b>		
PIS e COFINS	(466)	(7.488)	(649)	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(330)	(5.228)	(64)	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(797)	(12.716)	(713)	-	-
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>9.077</b>	<b>139.448</b>	<b>6.397</b>		
<b>CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS</b>					
Pessoal	(578)	(6.790)	(310)	(101)	(178)
Material	(2)	-	(1)	-	-
Serviços de terceiros	(641)	(4.914)	(192)	(172)	(547)
Outras despesas operacionais	(49)	334	(24)	(26)	21
<b>Custos e Despesas</b>	<b>(1.270)</b>	<b>(11.370)</b>	<b>(526)</b>	<b>(299)</b>	<b>(704)</b>
Depreciação e amortização	(878)	(16.463)	(16)	(20)	(16)
<b>Custos, Despesas e D&amp;A</b>	<b>(2.148)</b>	<b>(3.284)</b>	<b>(542)</b>	<b>(319)</b>	<b>(720)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>6.930</b>	<b>136.164</b>	<b>5.854</b>	<b>(319)</b>	<b>(720)</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>					
Renda de aplicação financeira	247	3.514	535	302	2.164
Despesas financeiras	(299)	(40.249)	(195)	(7)	(45.483)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(52)</b>	<b>(36.735)</b>	<b>340</b>	<b>295</b>	<b>(43.319)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>6.877</b>	<b>99.429</b>	<b>6.194</b>	<b>(24)</b>	<b>(44.039)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.343)	(6.051)	(2.055)	18	14.973
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.534</b>	<b>93.378</b>	<b>4.139</b>	<b>(6)</b>	<b>(29.065)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>7.807</b>	<b>128.078</b>	<b>5.870</b>	<b>(299)</b>	<b>(704)</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>86,0%</b>	<b>91,8%</b>	<b>91,8%</b>		

## 5.8. DRE Regulatório 6M22 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

### DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>					
Disponibilização do sistema de transmissão	19.584	299.712	7.404	-	-
Operação e manutenção	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	-	(1.883)	(295)	-	-
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>19.584</b>	<b>297.829</b>	<b>7.110</b>		
PIS e COFINS	(912)	(14.650)	(649)	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(660)	(10.399)	(64)	-	-
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(1.572)</b>	<b>(25.049)</b>	<b>(713)</b>		
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>18.012</b>	<b>272.780</b>	<b>6.397</b>		
<b>CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS</b>					
Pessoal	(885)	(12.975)	(415)	(259)	(353)
Material	(2)	-	(1)	-	-
Serviços de terceiros	(1.508)	(8.736)	(282)	(274)	(1.008)
Outras despesas operacionais	(56)	(588)	(32)	(34)	13
<b>Custos e despesas</b>	<b>(2.451)</b>	<b>(22.299)</b>	<b>(729)</b>	<b>(567)</b>	<b>(1.348)</b>
Depreciação e amortização	(1.758)	(31.113)	(32)	(41)	(29)
<b>Custos, Despesas e D&amp;A</b>	<b>(4.210)</b>	<b>(7.462)</b>	<b>(761)</b>	<b>(608)</b>	<b>(1.377)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>13.802</b>	<b>265.319</b>	<b>5.636</b>	<b>(608)</b>	<b>(1.377)</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>					
Renda de aplicação financeira	310	5.945	964	689	3.550
Despesas financeiras	(503)	(71.680)	(202)	(29)	(87.077)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(192)</b>	<b>(65.735)</b>	<b>762</b>	<b>660</b>	<b>(83.528)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>13.610</b>	<b>199.584</b>	<b>6.398</b>	<b>52</b>	<b>(84.904)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.631)	(13.174)	(2.099)	17	28.867
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>8.979</b>	<b>186.410</b>	<b>4.299</b>	<b>69</b>	<b>(56.037)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>15.561</b>	<b>250.481</b>	<b>5.667</b>	<b>(567)</b>	<b>(1.348)</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>86,4%</b>	<b>91,8%</b>	<b>88,6%</b>		

## 5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

### Reconciliação EBITDA IFRS

R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
Lucro Líquido	564,0	697,9	-19,2%	1.123,9	1.253,7	-10,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	100,5	144,0	-30,2%	207,7	279,1	-25,6%
Despesas Financeiras Líquidas	260,6	173,1	50,5%	488,8	356,2	37,2%
Depreciação e Amortização	7,1	5,8	22,1%	13,9	10,5	32,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(226,1)	(280,2)	-19,3%	(436,7)	(485,4)	-10,0%
<b>EBITDA</b>	<b>706,1</b>	<b>740,7</b>	<b>-4,7%</b>	<b>1.397,6</b>	<b>1.414,2</b>	<b>-1,2%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>83,3%</b>	<b>81,9%</b>	<b>1,4 pp</b>	<b>85,0%</b>	<b>78,0%</b>	<b>7,0 pp</b>

### Reconciliação EBITDA Regulatório

R\$ MM	2T22	2T21	Var.%	6M22	6M21	Var.%
Lucro Líquido	141,7	111,9	26,6%	287,9	219,7	31,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	23,3	15,2	53,7%	61,2	17,4	252,5%
Despesas Financeiras Líquidas	262,6	172,4	52,3%	490,5	354,8	38,2%
Depreciação e Amortização	72,0	64,3	12,0%	143,4	127,4	12,6%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(34,8)	(32,8)	6,2%	(63,7)	(71,5)	-10,9%
<b>EBITDA</b>	<b>464,9</b>	<b>331,1</b>	<b>40,4%</b>	<b>919,3</b>	<b>647,8</b>	<b>41,9%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>83,0%</b>	<b>82,3%</b>	<b>0,7 pp</b>	<b>84,6%</b>	<b>82,1%</b>	<b>2,5 pp</b>

## 5.10. Balanço Patrimonial

### Balanço Patrimonial

	2T22		2T22
	R\$ mil	IFRS	Regulatório
<b>Ativos</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.843.025	-	1.843.025
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Clientes	227.337	-	227.337
Ativo contratual de concessão	1.416.426	1.416.426	-
Impostos e contribuições sociais	183.763	-	183.763
Cauções e depósitos vinculados	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	159.336	-	159.336
Dividendos e JCP a receber	68.725	-	68.725
Estoque	15.070	-	15.070
Outras contas a receber	39.434	-	39.434
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>3.953.127</b>	<b>1.416.426</b>	<b>2.536.701</b>
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	10.414	-	10.414
Ativo contratual de concessão	10.286.828	10.286.828	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(52.676)	52.676
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.669.862	2.270.034	1.399.828
Clientes	21.569	-	21.569
Depósitos judiciais	50.428	-	50.428
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Outras contas a receber	39.217	-	39.217
Imobilizado	89.265	(6.352.222)	6.441.487
Intangível	101.318	(166.419)	267.737
Direito de uso	8.087	8.087	-
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>14.276.988</b>	<b>5.993.632</b>	<b>8.283.356</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>18.230.115</b>	<b>7.410.058</b>	<b>10.820.057</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	97.945	-	97.945
Impostos e contribuições sociais	35.654	-	35.654
Empréstimos e financiamentos	528.197	-	528.197
Debêntures	496.582	-	496.582
Passivo de arrendamento	6.443	6.443	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	45	-	45
Taxas regulamentares	55.634	-	55.634
Outras contas a pagar	58.804	-	58.804
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>1.279.304</b>	<b>6.443</b>	<b>1.272.861</b>
Empréstimos e financiamentos	49.684	-	49.684
Debêntures	7.552.503	-	7.552.503
Passivo de arrendamento	3.303	3.303	-
Instrumentos financeiros derivativos	47.343	-	47.343
Impostos e contribuições diferidos	1.361.553	1.157.200	204.353
Tributos diferidos	663.882	663.882	-
Provisão para contingências	66.049	2.593	63.456
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(10.701)	10.701
Fornecedores	16.712	-	16.712
Outras contas a pagar	35.587	-	35.587
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>9.796.649</b>	<b>1.816.310</b>	<b>7.980.339</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	2.368.240	-	2.368.240
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	21.206	-	21.206
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	4.747.049	(4.747.049)
Resultado do período	1.123.945	836.027	287.918
<b>Atribuído a participação dos acionistas controladores</b>	<b>7.154.162</b>	<b>5.587.305</b>	<b>1.566.857</b>
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>7.154.162</b>	<b>5.587.305</b>	<b>1.566.857</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>18.230.115</b>	<b>7.410.058</b>	<b>10.820.057</b>



## 5.11. Fluxo de Caixa IFRS

### Fluxo de Caixa

	6M22	
	R\$ mil	IFRS
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do período</b>		<b>1.123.945</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Resultado de equivalência patrimonial		(436.736)
Depreciação e amortização		8.030
Amortização de direito de uso		5.916
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis		10.344
Provisão (Reversão) para compensação ambiental		-
Receita de aplicações financeiras		(526)
Custo Implementação - provisão fornecedores		70.213
		(39.472)
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ		519.212
Juros e variações monetárias sobre debêntures		624
Juros passivo de arrendamento		63.604
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos		18.272
Imposto de renda e contribuição social correntes		189.450
Imposto de renda e contribuição social diferidos		25.673
Tributos diferidos		(518.079)
Remuneração do ativo contratual de concessão		(679.539)
Correção monetária do ativo contratual de concessão		(96.003)
Receita de Implementação de Infraestrutura		-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		(5.250)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		7.585
Despesa de atualização monetária de contingências		1.663
Provisão (Reversão) para parcela variável		<b>268.926</b>
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes		(17.168)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão		710.783
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos		(25.705)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos		18.000
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores		(103.683)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares		3.955
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar		(12.764)
Dividendos recebidos das controladas		-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig		212.035
		<b>573.418</b>
<b>Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>		<b>842.344</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(38.673)
<b>Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>		<b>803.671</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos		60
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível		(25.919)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido		-
Aquisição de controladas em conjunto		-
Aquisição de coligadas		-
Aumento de capital em controladas em conjunto		(77.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-
<b>Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos</b>		<b>(102.859)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos		-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(6.240)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(6.152)
Captação de debêntures		1.999.529
Pagamento de debêntures - principal		(464.725)
Pagamento de debêntures - juros		(164.282)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros		(15.798)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ		11.885
Pagamento de passivo de arrendamento		(8.578)
Aquisição de Participação de Controlada		-
Pagamento de dividendos e JCP		(800.285)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-
Aumento de capital		-
Outros		-
<b>Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento</b>		<b>545.354</b>
<b>Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.246.166</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		384.824
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		1.843.025
<b>Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.458.201</b>

## 5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	
	6M22
	R\$ mil Regulatório
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Resultado do período</b>	<b>287.919</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(63.687)
Depreciação e amortização	143.446
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	10.344
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(526)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ	(39.472)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	519.212
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	63.604
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.272
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.903
Tributos diferidos	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(5.250)
Despesa de atualização monetária de contingências	7.585
Provisão (Reversão) para parcela variável	1.663
	<b>986.013</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(17.168)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(25.705)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	18.000
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(33.470)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	3.955
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(12.703)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	212.035
	<b>(67.091)</b>
<b>Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>918.922</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(38.673)
<b>Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>880.249</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	60
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(111.075)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	(77.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
<b>Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos</b>	<b>(188.015)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(6.240)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(6.152)
Captação de debêntures	1.999.529
Pagamento de debêntures - principal	(464.725)
Pagamento de debêntures - juros	(164.282)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(15.798)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	11.885
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(800.285)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
<b>Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento</b>	<b>553.932</b>
<b>Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.246.166</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	384.824
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.843.025
<b>Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.458.201</b>

## Aviso Legal

*As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.*

*As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.*

### *EBITDA:*

*O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.*

### *Dívida líquida:*

*A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.*